

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2015**

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, realizou-se no Salão Nobre dos Paços do Município, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 23.01.2015.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, José António Carrapatoso Oliveira, presidiu à sessão, que teve início às 09.30 horas, tendo os senhores Orlando Vítor Fernandes Nunes e a senhora Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho desempenhado as funções de primeiro e segundo secretários.

PRESENÇAS

José António Carrapatoso Oliveira, Presidente da Assembleia, Orlando de Jesus Azevedo Marinho, em substituição do senhor André Luis Castilho Freire, Orlando Vítor Fernandes Nunes, Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima, Carlos Manuel Fernandes da Silva, em substituição de Maria José Ferreira Teixeira, Fernando Manuel Cardoso de Sousa, António Manuel Ferreira Penela, Maria da Ascensão Bernardo Amaral, João Paulo Batalha Machado, Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues, Carlos Dinis Marques de Almeida, Manuela Damiana dos Santos Almeida Guedes, Maria Leonor Fernandes Pinto Mendes da Costa, Ângelo Manuel Mendes Moura, Manuel Lino Pereira de Carvalho, José Jorge dos Santos Tomé, Jorge Manuel Almeida, em substituição de Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Constantino José da Costa Vaz, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Carlos Manuel Almeida Loureiro e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões, Britiande, Cambres, Ferreirim, Ferreiros de Avões, Secretário da Junta de Freguesia de Figueira, em substituição do seu Presidente, Lalim, Lamego (Almacave e Sé), Lazarim, Penajóia, Penude, Samodães, Sande, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca, Tesoureiro da União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões), em substituição do seu Presidente, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, Várzea de Abrunhais e Secretário da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, em substituição do seu Presidente.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências dos senhores André Luis Castilho Freire, Maria José Ferreira Teixeira, Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueira, e Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei.

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que o senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa entregou o pedido de renúncia a este mandato, que se transcreve na íntegra:

*“Fernando Manuel Cardoso de Sousa, Deputado Municipal eleito pela coligação “TODOS JUNTOS POR LAMEGO”, comunica a V.ª Ex.ª que, por motivos de ordem profissional decorrente de novas competências que foram atribuídas aos Notários, não me é possível continuar a exercer as funções de Deputado Municipal, pelo que **RENUNCIO**, com efeitos imediatos, ao referido cargo, desejando a V.ª Ex.ª e a todos os membros da AM e do Executivo, as melhores felicidades, em prol da defesa dos superiores interesses de LAMEGO e dos Lamecenses”.*

O senhor **Presidente da Assembleia** lamentou a renúncia, que compreende, do senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa, que liderava o grupo municipal da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, restando-lhe, como Presidente da Assembleia Municipal, agradecer todo o empenho e dedicação que colocou à causa da Assembleia Municipal durante vários anos. Disse compreender a saída devido às competências agora atribuídas aos notários, que sabe que lhe exigem formação.

De seguida, informou que foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal a resposta ao pedido que solicitou à Direção da Associação Pela Infância e Terceira Idade de Lamego (APITIL). Endossa os documentos, que foram distribuídos em cima da hora, pois só foram recebidos pelos serviços de apoio à Assembleia ao fim da tarde da passada sexta-feira. Disse que logo despachou no sentido de ser distribuído e dado a conhecer aos membros da Assembleia, para a discussão do ponto 5 desta sessão.

Informou que decidiu integrar na ordem de trabalhos desta sessão a “ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DO DOURO 2014-2020”, convidando a estar presentes o secretariado e o conselho executivo da CIM Douro, cujo Presidente é o senhor Eng.º Francisco Manuel Lopes, e o senhor Eng.º Noronha, Secretário executivo da CIM Douro, para que a Assembleia seja conhecedora dum documento fundamental para o desenvolvimento da Região Intermunicipal do Douro, que apresentarão nesta sessão, informando os grandes planos para o período de 2014-2020 da região do Douro. Considera, ele e os comissários que representam o Município de Lamego na CIM Douro, ser importante dar a conhecer aos membros da Assembleia, do que passa nesta CIM.

Disse ainda que fez um convite pessoal a três amigos, colegas de profissão, para que estivessem em Lamego no do último fim-de-semana de janeiro. Fê-lo com alguma malícia, mas ao mesmo tempo com muito empenho, pois convidou para estar “entre nós”, entre outros, o antigo Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, Dr. José Pedro Moreira da Silva e o atual Presidente, Dr. Miguel Guimarães. Aproveitou o momento para lhes sugerir uma visita ao Hospital de Lamego. Nesta visita o Dr. Miguel Guimarães ficou surpreendido com muitas das coisas que viu, nomeadamente com a dedicação dos profissionais do Hospital, que vão inventando e colocando camas onde ninguém imaginava. Em pequenos recantos dos corredores há doentes internados e camas instaladas, separadas por biombos de plástico, para

darem alguma privacidade aos doentes ali internados. Foi algo que o surpreendeu, porque sabia das sobreocupações das camas do Hospital de Lamego, mas desconhecia a arte e o engenho dos profissionais de saúde, que foram capazes de colocar e inventar camas em locais absolutamente incríveis, para melhor poderem responder às necessidades dos doentes desta região. O senhor Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos observou e registou tudo aquilo que se tem feito, verificando que o Hospital tem seis técnicos da radiologia, sem um radiologista no quadro. Deu-lhe conhecimento da luta que se trava para que o Hospital de Lamego disponha de TAC, apresentou-lhe argumentos já disponível, em forma de documento, que brevemente será distribuído aos membros da Assembleia Municipal. Disse-lhe que, computando os custos das transferências e do pessoal que acompanha os utentes, não desvalorizando o desconforto e desumanidade acarretadas aos doentes, com as transferências de utentes para realizarem os exames em Vila Real. Ora equipando o nosso Hospital com um TAC os custos são, de facto, menores. Para além disso existe a hipótese, de uma candidatura a fundos comunitários para esse fim, não havendo hoje justificação para a inexistência deste equipamento em Lamego. Obviamente que nem sempre é possível que os doentes não tenham que ser transferidos para Vila Real, pois há situações em que se impõe essa transferência, sendo estas aceites de com naturalidade. Deu ainda conhecimento ao senhor Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos das distâncias que separam os concelhos do Douro Sul a Vila Real, das dificuldades de transporte, da má qualidade das vias de comunicação e do tempo necessário para chegar ao Hospital. Deu-lhe conhecimento da oposição de muitos chefes de serviços de Medicina à vinda de médicos internos da especialidade para acompanhar os Internistas de urgência no Hospital de Lamego, evocando que não têm competências de formação. Interrogou se estes não são tão especialistas quanto os de Vila Real, se não fazem parte do mesmo quadro, sendo que, com alguma frequência, quem está aqui a exercer o papel de médico internista de urgência, é um dos colegas que vem de Vila Real. Compreende que é mais fácil ficar em Vila Real, mas o Centro Hospitalar tem que ser solidário com as unidades de que dispõe, nomeadamente, com Lamego e Chaves. Não é possível só fazer transferências de doentes, os colegas que estão em Vila Real têm que ser mobilizados para prestar apoio a uma unidade do Centro Hospitalar. É esse o seu entendimento. Afirmou que sensibilizou o senhor Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos para o assunto, já lhe endossou vários dossiês sobre o Hospital, ficando ao seu dispor para com todo o seu empenho pessoal e como Presidente da Assembleia Municipal, lutar por um melhor hospital para Lamego e para as suas gentes.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que tinha um pedido de agendamento de um novo ponto – o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil

– dada a urgência de deliberação, que foi aprovado, por unanimidade, em sede de executivo. Colocou à consideração da Assembleia a possibilidade de aceitar a introdução do referido plano, na ordem de trabalhos, como ponto número oito.

Usou da palavra o senhor **Angelo Manuel Mendes Moura** para, relativamente à introdução do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil na ordem de trabalhos, dizer que o grupo municipal do Partido Socialista não tem nada a opor. Ou teria, porque, mais uma vez, é confrontado com situações que não lhes permitem um estudo dos dossiês. Pode-se dizer que é uma matéria de somenos importância política, é uma matéria técnica, mas gerir também é planificar. Pensa não haver razão alguma que justifique que o referido plano seja presente à última hora. O grupo municipal do Partido Socialista não se vai opor à discussão, mas não pode deixar de fazer este registo ao senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues** para informar que a Coligação “Todos Juntos por Lamego” não tem nada a opor à introdução do ponto na ordem de trabalhos.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para dizer que a Lei obriga os municípios à elaboração de Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil, que é submetido, após consulta pública, à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Esse é o procedimento de aprovação que a Lei prevê, Plano elaborado com a ajuda da empresa de Consultadoria e com dos serviços técnicos da Câmara. Deu conta que, em sede de executivo, o senhor Vereador Armínio José Teixeira Mendes referiu que, sendo a Proteção Civil responsabilidade direta do Presidente da Câmara, não tinha que ser aprovado na reunião de Câmara, mas disse que entende o contrário pois a Lei diz que compete à Assembleia Municipal aprovar os planos municipais. Ora, se é um plano municipal, deve vir à Assembleia Municipal. Contudo, se vem à Assembleia Municipal para ser objeto de uma crítica absolutamente injusta, e veio quando pôde vir, e foi disponibilizado pelos serviços, propõe retirá-lo sem passar pelo superior crivo político da Assembleia, remetendo-o assim à Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que face ao pedido do senhor Presidente da Câmara, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil não será integrado na ordem de trabalhos.

Interveio o senhor **Angelo Manuel Mendes Moura** para dizer que não percebeu o incómodo do senhor Presidente da Câmara. A gestão e a responsabilidade é do executivo. A Autoridade Nacional de Proteção Civil deve ter tido conhecimento atempado da elaboração deste documento. Reforçou que só pode haver apreciação do Plano, se alguém poder ler e opinar sobre o mesmo. Isto não é nem pode ser prática. Se a crítica que fez, não é da responsabilidade do Presidente da Câmara, então que a endossasse a quem de direito, para que a receba.

Usou da palavra o senhor **João Paulo Batalha Machado**, para fazer um exercício jurídico sobre as empresas municipais, esperando ser concludente com esta intervenção, sem magoar, nem, eventualmente, ferir sensibilidades de quem quer que seja. Afirmou que de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico do Setor Empresarial Local), as E.M. passaram a ser regulamentadas por este diploma que atribui amplos poderes às Câmaras. Questão diversa é a necessidade dos Municípios criarem E.M. Se perguntarem a um cidadão comum se Lamego precisa de E.M, a resposta será certamente negativa, porquanto se está perante um pequeno Município, pois quando foram criadas as empresas municipais em Lamego, no primeiro mandato do atual Presidente da Câmara, havia no executivo de então, vereadores sem pelouros, que poderiam tomar conta dessas matérias, não optando o senhor Presidente da Câmara por essa solução. Optou por criar empresas municipais, num município pequeno, que não se justifica. Se, ao invés, a pergunta for feita relativamente a Lisboa, a resposta será positiva, uma vez que a situação é completamente diferente e muito complexa.

Relativamente a uma possível fusão ou dissolução, a Lei é muito clara. Enquanto a decisão de dissolução de uma E.M. assenta na constatação dos resultados obtidos nos últimos três anos, traduzidos pelos indicadores constantes do n.º 1 do art.º 62.º, a opção por fusão assenta num juízo de prognose sobre a viabilidade económico-financeira e racionalidade económica da nova estrutura empresarial, como exige o n.º 2 do art.º 64.º. Por outro lado, todo o conjunto de documentos, como o “plano estratégico de atividade, orçamento e contas” que era aprovado pelas câmaras, está agora dependente apenas da assembleias-gerais. As câmaras limitar-se-ão às “orientações estratégicas”. Isto quer dizer que o modelo adotado para as empresas municipais é semelhante ao que existe para o setor empresarial do Estado, ou seja, não vai existir qualquer retirada de poderes dos órgãos autárquicos, já que as câmaras continuam a controlar os órgãos sociais das E.M.

Usou da palavra o senhor **José Jorge dos Santos Tomé** para ler uma intervenção sobre o Foral Manuelino de Lamego (3 de julho de 1514).

“Por lamentável omissão, a Câmara de Lamego deixou passar, sem qualquer comemoração, dos 500 anos do foral manuelino.

Mais de um mês decorrido sobre o 3 de julho, o senhor Presidente da Câmara, na sessão de 18 de agosto, fez uma tímida referência de que iriam ser editadas pequenas publicações sobre os forais de Lalim e Lamego.

É escasso, muito escasso para a importância do foral de Lamego que serviu de modelo a numerosos forais da região, cujos capítulos, da Portagem, Gado do Vendo, Pena de Arma e Pena do Foral seguem o Foral de Lamego. Por exemplo: Resende, Armamar, Alvarenga, Cabril, Valença do Douro, Tábua, Bobadela, S. João de Areias,

etc., e além dos lugares que são freguesias do concelho e que tiveram o seu foral próprio.

São os casos de Valdigem (10 Fev.1514), Samodães (26 Julho 1514), Penajóia (15 Julho 1514), Sande (17 Maio 1514), Lalim (8 Julho 1514) e Parada do Bispo, cujo foral foi integrado no foral de Aveloso (21 de Abril de 1514).

Acresce referir que o esquecimento da comemoração do foral de Lamego é tanto mais inexplicável, quando as freguesias de Lalim, Sande, Penajóia e Samodães, com muito menos recursos do que o município, souberam comemorar condignamente os seus forais.

Embora, com atraso, até ao fim deste ano a câmara de Lamego deveria reparar minimamente a sua lamentável falha.

Para a CDU de Lamego é injustificável que não se tenha dado a devida importância a uma data tão relevante da história da Cidade de Lamego, uma vez que a comemoração da passagem dos 500 anos do seu foral poderia ter sido feita sem grandes encargos financeiros para os munícipes.

Independentemente das razões que eventualmente possam ser apresentadas, para explicar tal omissão, considera que não se pode justificar o injustificável”.

Usou da palavra o senhor **Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues** afirmando que a Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, não contesta aquilo que foi dito pelo senhor João Paulo Batalha Machado e pelo senhor José Jorge dos Santos Tomé; no entanto, vai contestar duas ou três ideias, que os mesmos deixaram nas suas intervenções.

Em relação ao senhor João Paulo Batalha Machado que mencionou que não valia a pena criar empresas municipais num município tão pequeno como o de Lamego; por parte do senhor José Jorge dos Santos Tomé, que mencionou que o senhor Presidente da Câmara não tinha feito alusão a alguns pormenores do foral de Lamego. Contesta, utilizando alguns dados do Instituto Nacional de Estatística de 2013, que foram publicados no “Jornal do Centro”, o qual diz, exatamente o contrário. Lamego foi o segundo Município do Distrito de Viseu que teve maior densidade populacional; cita o referido jornal, não está a inventar nada. Lamego teve 50.184 dormidas, em estabelecimentos desta zona; ficou em 3.º lugar no Distrito de Viseu, sendo apenas ultrapassado por Viseu e São Pedro do Sul. Com estes dados, não vê aonde que Lamego tem uma dimensão tão pequena. Afirmou ainda que, no preâmbulo do senhor Presidente da Assembleia, acerca da Unidade Hospitalar de Lamego, que em 2012 foram realizadas 22.185 consultas externas, consultas de especialidade; no Distrito de Viseu foi só o máximo. Em 2013 Lamego arrecadou três milhões de euros com o turismo, parece-lhe que não é um Município tão pequeno. Cabe a todos transformar e desmitificar essa ideia de “pequeno”, dizer-se que o Concelho de Lamego é, efetivamente, grande, todos devem dizer que essa ideia de ser pequeno não corresponde à realidade, até porque os números provam o contrário.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para afirmar, em relação às empresas municipais, uma vez que a empresa municipal Lamego ConVida foi a única que o Município detinha e está extinta e, em relação às parcerias publico/privadas existem duas: a Lamego Renova e a Lameurbe, uma constituída pelo executivo liderado pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, a outra constituída na gestão socialista, neste aspeto estão empatados. Contradizendo o senhor João Paulo Batalha Machado, afirmou que há municípios com metade ou um terço da dimensão populacional do Concelho de Lamego, geridos por socialistas, com duas ou mais empresas municipais. No que concerne à omissão da questão do Foral Manuelino de Lamego, considera que não houve nenhuma omissão. Houve uma colaboração ativa do Município nas celebrações dos forais manuelinos das freguesias de Lamego. Concretamente, em relação ao Foral Manuelino da Cidade, houve e há intenção de editar uma brochura que, por motivos diversos, ainda não foi editada, mas sê-lo-á oportunamente. Pondo as coisas no seu devido lugar, perguntou se alguém sabia quantos forais manuelinos há no País. Devem ser uns 240. Interrogando-se se alguém, daqui a 500 anos, vai celebrar a Reforma Administrativa que fez a junção de freguesias. Neste caso, está-se a falar de algo semelhante, está-se a falar dum movimento que foi uma reforma muito profunda do sistema legislativo, diga-se assim, e, de direitos dos concelhos e lugares que foi feita num determinado período. Em relação a Lamego que tem uma história notável quando comparada com a generalidade dos lugares que foram objeto de foral nesse período, entende, que não se justificam grandes comemorações. Justificar-se-ia, se existissem elementos adequados para celebrar o Foral de D. Sancho, isso sim, faria sentido, que colocaria Lamego numa situação em que podia ombrear, com mais umas quantas cidades do País, que mereceram essa atenção e destaque. Concluiu, dizendo que o Município de Lamego assinalará a data, pela sua importância histórica, de 500 anos e nada mais.

Interveio o senhor **José Jorge dos Santos Tomé** para ler uma moção, relativa à Municipalização da Escola Pública, que se transcreve na íntegra:

“A municipalização da escola pública tem sido opção crescentemente questionada em países onde foi adotada, como a Suécia (onde o processo está ser invertido) e o Reino Unido (onde estagnou sem resultados visíveis). Revelou ainda nefastos e perversos resultados em termos de igualdade de oportunidades e qualidade de ensino, por acentuar assimetrias entre escolas de diferentes municípios, do descomprometimento do Estado no que se refere ao financiamento e responsabilidades sociais, do reforço do controlo sobre as escolas e de um aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Neste contexto, vemos com enorme preocupação a adesão de alguns municípios ao programa PAE (Programa Aproximar a Educação) que, no essencial, pretende concentrar nas autarquias um conjunto de competências nas área das Políticas

Educativas, da Administração das Escolas/Agrupamentos de Escolas, do Currículo, da Organização Pedagógica e Administrativa e da Gestão de Recursos. Entendemos que a transferência de competências para o nível local e para as escolas, a acontecer, tem de ser equacionada, atempadamente, num contexto de amplo debate, envolvendo todos os parceiros a nível nacional e local.

Reconhecendo o papel que o município de Lamego, enquanto parceiro, tem desempenhado no processo de construção de políticas educativas locais, propomos:

1 – Que qualquer alteração na configuração da Escola Pública no Concelho de Lamego, seja antecedida de um amplo processo de auscultação e envolvimento da comunidade educativa, estimulando que os Conselhos Gerais e órgãos de gestão intermédia das escolas, enquanto responsáveis pela aprovação das linhas estratégicas fundamentais de cada Agrupamento, possam pronunciar-se ativamente;

2 – Que em nenhum momento possa ser posta em causa a autonomia de gestão escolar, concretamente a organização curricular e pedagógica das escolas, recusando-se qualquer processo que signifique a retirada de poderes de gestão às escolas e aos agrupamentos de escolas;

3 – Que seja rejeitada em absoluto a intenção do governo de transferência de qualquer competências para os municípios, relativa ao pessoal docente, designadamente recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para colocar à consideração da Assembleia a aceitação ou não da moção, com novo ponto da ordem de trabalhos.

Usou da palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para afirmar que, como tem vindo a ser entendimento do grupo municipal do Partido Socialista, propostas apresentadas por qualquer membro da Assembleia Municipal, têm que ser admitidas à discussão, dentro dos limites regimentais

O senhor **Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues** disse que não percebeu a moção e que a Coligação “Todos Juntos Por Lamego” entende que este assunto não está sequer em discussão, estando-se em negociações, não se sabendo o que vai acontecer. Pensa-se em centralizar mais algumas competências, provavelmente não serão nenhuma das que o senhor José Jorge dos Santos Tomé referiu na sua moção. Como a questão da Escola Pública não está em discussão, a mesma não será aceite pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que irá por isso votar contra.

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para colocar à discussão a moção apresentada pelo senhor José Jorge dos Santos Tomé.

A senhora **Monica Alexandre de Sousa Ferreira Lima** interveio para, em relação à moção da Municipalização do Ensino, dizer que o seu grupo municipal votará favoravelmente a proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária. Afirmou que considera que a municipalização do Ensino não produzirá avanços significativos

na educação, pelo contrário poderá ter a perigosidade e efeitos negativos, no que concerne à não promoção, à igualdade e justiça de contratação de docentes em todo o território nacional. Neste sentido, a transferência de responsabilidades sociais para o poder local e, em particular, o facto da gestão dos professores e questões pedagógicas passarem para a alçada das autarquias, poderá criar a seu ver, condições para o aperfeiçoamento da atual precaridade do sistema educativo. Por outro lado, trará efeitos negativos, que poderão ser perniciosos, no que concerne à desmotivação da classe docente e ao acréscimo do clientelismo abordado na moção. Pode ser perigoso conferir ao poder local mais poder no caso da contratação de docentes, e que pode constituir uma porta aberta a clientelismos locais. Pode permitir o controlo político de escolas, educação, que não pode ser politizada. Neste caso, a politização do ensino poderá levar a preferências pela contratação com vínculos precários e fomentar a precaridade e a pobreza, potenciando o aumento da insegurança já instalado na classe.

Na ótica do grupo municipal do Partido Socialista é inaceitável o descomprometimento do Estado, em financiamento e responsabilidades sociais, na educação.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** afirmando que quem se sinta numa Assembleia Municipal ou na vereação, exercendo funções delegadas por cidadãos em eleições livres e democráticas, deve ter respeito pelas instituições e, sobre elas refletir. Afirmou discordar frontalmente da moção, discorda frontalmente da menorização que isso significa para o poder Local. Assumir que um Governo não é o Governo, porque não é o ministro que dirige o Ministério da Educação, é toda uma macroestrutura que sedeadada em Lisboa, o faz melhor que os órgãos municipais, eleitos pela população, que fazem parte da comunidade e que partilham com as escolas, com os professores, os funcionários, com os encarregados de educação, o dia-a-dia de preocupações com a qualidade de funcionamento das escolas, com a qualidade de ensino prestado às crianças, com a qualidade do apoio social que se dá às crianças, com todas as condições de envolvimento social, em que a atuação de todos os elementos da comunidade educativa se processa, que se entende que um burocrata, em Lisboa, gere melhor estes assuntos, do que todos, que estão integrados numa comunidade local, neste caso a comunidade lamecense. Por tudo isto, não pode aceitar.

A acrescentou que assumir que Portugal é um País centralista e que grande parte dos problemas do centralismo atravessa a sociedade, causam problemas gravíssimos de assimetrias, de desenvolvimento, nomeadamente entre Lisboa e o resto do território, entre o litoral e o interior, e, depois, atacar-se aqui medidas de descentralização, pessoalmente não concorda. Na qualidade de Presidente da Câmara defenderá a descentralização de funções, partindo do princípio, de quem está próximo dos problemas os resolve melhor de que quem está longe dos mesmos. Reforçando a sua posição de defesa de descentralização do ensino, fez algumas interrogações, dando

ao mesmo tempo respostas, entre as quais: Politização do ensino? O ensino é politizado cada vez que um governo muda. Isso é mau? Não, é opção da vontade dos eleitores. Politização, porque está próximo? Se está próximo, pode ser mais sensível, de facto, a interferência, mas também, é mais escrutinável. Isto está provado em todos os países, nomeadamente, nos nórdicos e em alguns estados americanos e Canadá e noutras democracias do mundo. Pode dar origem ao clientelismo? Pode ser que sim, mas provavelmente não. Pois a única pessoa condenada, por ter colocado uma candidatura de preferência, num concurso, até foi recentemente, foi um autarca, nunca ninguém foi condenado num governo central ou num colégio privado, que também é subsidiado pelo Estado, por contratar este ou aquele. Precaridade? Haverá mais precaridade que a que vivem os professores, com anos e anos a serem colocados em regime itinerante percorrendo o País todo. E, ao fim de 20, 25 ou 30 anos, quando pensavam ter a sua vida estabilizada, têm horários “zero” e têm, outra vez, a ameaça de perder a estabilidade, que pensaram ter ganho com uma vida inteira de trabalho? Os municípios iriam fazer pior? Não, pois desde que é Presidente da Câmara: foi extinto em Lamego o Gabinete de Apoio Técnico, todas as pessoas que lá estavam, foram colocadas, quem não teve outra alternativa, ficou no Município; Foi extinta a Casa da Cultura, as pessoas que estavam lá vieram para o Município, estão na Loja Ponto Já; foi extinto o Posto de Turismo, as pessoas que estavam lá, as que não tiveram condições de serem integradas no Turismo, estão no Município. Foi extinto e integrado o Instituto Nacional do Desporto, as pessoas que não foram colocadas noutros sítios, estão no Município; foi extinta a Lamego ConVida, todas as pessoas que quiseram estão no Município. Pensa que, pelo exemplo de Lamego, defende que as câmaras municipais, porque estão em contacto com a população, junto dos seus problemas e, porque respeitam as suas competências, as suas funções de integração e desenvolvimento da comunidade, são nisto um exemplo, e, portanto, não tem qualquer receio da atuação dos municípios nessa matéria. Afirmou que, em termos de educação, só interessa ao município responsável ter escolas condignas, ter gestão rigorosa e de qualidade, ter um corpo docente estabilizado e competente, ter uma ligação entre a escola e a comunidade, para que o seu trabalho seja profícuo e do interesse de todos. Esta é a sua posição.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para proceder à votação da **moção**, tendo a mesma sido **rejeitada** com vinte e dois votos contra, catorze votos a favor e uma abstenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

01- ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de catorze de novembro dois mil e catorze, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta votos a favor e duas abstenções, por não terem estado presentes na referida sessão

02- ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária de catorze de novembro dois mil e catorze, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os Membros.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta um votos a favor e três abstenções, por não terem estado presentes na referida sessão.

03 - ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para destacar alguns pontos da informação que presta Assembleia.

Referiu o 2.º Workshop do Projeto Endurance, um projeto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, alertando para um conjunto de alterações respeitando à responsabilidade das Comunidades Intermunicipais e dos municípios como autoridades de transportes. Era um assunto que estava restrito às áreas metropolitanas, há anos instituídas como autoridades metropolitanas de transportes, atendendo à dimensão e importância dos transportes coletivos de passageiros, no dia-a-dia das grandes metrópoles. Hoje o interior do país tem outro tipo de problemas e necessidades, relacionados com a escassez e dispersão da população, com a inexistência de transportes públicos e com a emergência de outros modelos de mobilidade, que algumas comunidades intermunicipais estão a implementar a título experimental, cruzando com os transportes escolares, que têm um custo muito significativo, sendo uma das principais despesas de qualquer município do interior. Neste sentido, está-se a desenvolver o Plano de Mobilidade sustentável, no âmbito da CIM do Douro, que espera, em breve, apresentar a esta Assembleia, a par com o Plano de Mobilidade, agora sustentável, que foi desenvolvido para as cidades de Vila Real, Régua e Lamego, no âmbito da Douro Alliance.

Falou da Resinorte, que continua em processo de privatização, dizendo que não foi ainda possível fechar o dossiê da privatização Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF). O que já tem implicações na vida da empresa, nomeadamente na definição de tarifário, que os municípios contestaram e, que não teve resposta positiva por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), nem por parte da tutela, bem como na distribuição de dividendos; foi opção da EGF, em vez de pagar os

dividendos aos Municípios, fazer o reembolso de suprimentos. A EGF está a fazer pagamento de suprimentos às Águas de Portugal, errada e injusta para os municípios, enquanto acionistas e também enquanto clientes.

Salientou a Inauguração do “Training Center” da UGT, mais uma estrutura de formação a funcionar em Lamego, que vem acrescentar à excelente oferta educativa e formativo do Município de Lamego, que muito orgulha este Município.

Destacou a reunião plenária do Comité das Regiões, que termina agora o mandato de 5 anos, que não podiam coincidir com os mandatos autárquicos, que nos 28 países da União Europeia são também desenquadrados. Foram reconduzidos todos os representantes dos municípios no Comité das Regiões, incluindo o Município de Lamego. Disse que haverá uma reunião na próxima semana, onde não estará presente, para distribuição das comissões. As comissões vão ser reformuladas e a EDU, que estava atribuída a Lamego, passará a ter competências na área da ação social. Eventualmente a comissão mais importante será a ECOTER, relacionada com o desenvolvimento territorial, que é uma comissão muito pretendida.

Referiu o Prémio Almeida Fernandes/História Medieval, cuja cerimónia de entrega decorreu em Ponte de Lima, que no próximo ano será em Lamego.

Destacou ainda o Dia do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial, celebrado em S. João da Pesqueira, a Inauguração do Museu do Vinho, equipamento de enorme interesse turístico, para o desenvolvimento da região e a visita do senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia a algumas unidades industriais.

Registou a visita da senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, na cerimónia de apresentação do Centro de Apoio à Vitima de Violência Doméstica, que terá por missão apoiar, encaminhar e proteger as vitimas de violência doméstica, um problema que afeta algumas famílias lamecenses, todos os anos.

Referiu-se a um conjunto de contactos desenvolvidos relativos à Lameurbe e ao parque de estacionamento do Espírito Santo, onde o Município detém 20% da Lameurbe, empresa proprietária do parque de estacionamento do Espírito Santo. Esta empresa é deficitária, com prejuízo ao longo da sua história no valor de quinhentos mil euros ano, ou seja, custou ao Município de Lamego cem mil euros por ano, que ainda não foram pagos, de que o Município é devedor, ascendendo a dívida a cerca de um milhão de euros. Informou que o sócio privado não tem condições para manter o parque de estacionamento do Espírito Santo aberto, tendo-se encontrado uma solução provisória, estando o parque a ser gerido por uma empresa que, durante três meses, fará uma experiência sobre uma solução de gestão do parque. Está-se a trabalhar nessa solução, no sentido de encontrar uma fórmula de gestão global do estacionamento na cidade. Conviria encontrar uma solução em que se pudesse harmonizar toda esta situação, incorporando uma nova valência nesse equipamento, que pudesse trazer uma renda complementar. Subjacente a esta preocupação, tomar-

se-ão algumas opções urbanísticas e de gestão do trânsito e estacionamento, não se podendo manter estacionamento gratuito nalguns sítios, que concorrem com um equipamento que tem uma componente pública com um prejuízo de cem mil euros ano. O sistema tem que ser gerido com o mínimo de custos para o Município.

O senhor **João Paulo Batalha Machado** disse que ouviu o senhor Presidente da Câmara sobre a sua informação, pois os assuntos que acabou por salientar e destacar, não são, à exceção do Dia do Alto Douro Vinhateiro, que acharia abordar melhor na informação. Achou interessante o ponto “O Melhor das Nossas Aldeias”, comentou que as aldeias do Município de Lamego precisam que haja alguém, e esse alguém tem que ser a Câmara a fixar, para o mercado a sua produção, porque só assim, a que o consumo será feito. O produtor que não tenha consumidor, não produz, não tem o móbil de produzir. É preciso que alguma entidade, quer terá que ser a Câmara, a chamar a atenção para os produtos regionais, os produtos que as aldeias têm, em grande quantidade e qualidade e, naturalmente, levá-los ao consumidor para criar postos de trabalho, para escoar o produto e voltar, de novo, o investimento. Esta iniciativa de carácter económico deve continuar, não esporadicamente, devendo a Câmara Municipal ter essa preocupação todo o ano, abrindo um gabinete de promoção e marketing de produtos “made in Lamego” movimentando a economia.

Quanto ao Dia do Alto Douro Vinhateiro, concorda com o senhor Presidente da Câmara, que este dia não pode ser esquecido; o vinho do Douro, vinho de consumo normal, é o vinho que está a ser, sobretudo, nos Estados Unidos, Austrália e no Canadá, a alavanca para que se possa ter outro móbil que possa estimular a economia. Quando as coisas funcionam, não de deve mexer, estando de parabéns todos aqueles que contribuíram para que este dia tivesse visibilidade.

Por fim, referiu-se, também, à atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Lamego à Associação Filarmónica e Banda Juvenil de Magueija, lamentando que a União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca não tenha feito a devida divulgação, pois os lamecenses com ligação a Magueija, que não residem na freguesia, muitos não souberam, mas ficava bem à Junta de Freguesia ter divulgado mais este evento.

Usou da palavra a senhora **Mónica Alexandre de Sousa Ferreira Lima** para dizer que a sua intervenção se prende com a congratulação do grupo municipal do Partido Socialista pela criação do Núcleo de Apoio à Vitima de Violência Doméstica em Lamego. Efetivamente congratula-se com o trabalho de continuidade, em relação à violência doméstica, em relação às questões de igualdade de género. Afirmou que o Partido Socialista foi o promotor destas iniciativas, com a criação destes núcleos, como a implantação de planos para a igualdade, também se congratulando, como foi explanado pela senhora Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade, com a disponibilização de fundos para defesa destas questões, com a indicação e a possível nomeação de Conselheiro para as questões da Igualdade.

Congratula-se com o que se continua a fazer, mas também deve dizer o que se deixou de fazer, nomeadamente no que se prende às questões de fundos financeiros disponibilizados para o combate deste flagelo, que é a violência doméstica. Cumpre-lhe dizer que o eixo de fundos sociais para as questões de igualdade de género desapareceu. Sabe-se que, dada a sensibilidade específica destas matérias, muito do combate à violência doméstica passa pela prevenção nas escolas. Projetos e medidas emanadas do Partido Socialista foram diminuídas pelo atual Governo. Por outro lado, considera que a retirada da disciplina “Cidadania” dos currículos escolares pode agudizar esta diminuição, no que concerne à prevenção escolar, tal como a reprovação, em sede da Assembleia da República, da questão do projeto do afastamento específico do agressor, em relação à vítima. Disse ao senhor Presidente da Câmara que há um grande trabalho a fazer, entre o que se continua a fazer e o que se deixou de fazer. Questionou o senhor Presidente da Câmara, se haverá um apoio efetivo, e de que forma passará do plano técnico para plano prático, que medidas específicas serão implementadas, quantas pessoas serão beneficiadas e se foi feito um levantamento social face às matérias de violência doméstica. Se se vislumbra os dados do Relatório de Violência Doméstica, os dados da OMA, os dados APAV, pois verifica-se que há um aumento gritante no que concerne ao Município de Lamego.

Tendo em conta a sensibilidade destas matérias e, partindo do princípio que também são definidas por este executivo camarário, lançaria ao senhor Presidente da Câmara, em articulação com a Assembleia Municipal, o repto de ponderar a criação de uma Comissão de Trabalho de defesa das questões de violência doméstica, que pudesse entrar em conjugação com este núcleo de apoio à violência doméstica, trabalhando em conjugação com o Conselheiro, que possa vir a ser nomeado, que pudesse desenvolver um conjunto de ações promotoras de sensibilização destas temáticas, com o objetivo primordial, de banir e combater a violência doméstica, o criar de condições para uma mudança gradual de atitude e mentalidade.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia** para destacar a assinatura do Acordo do Consórcio Unorte. PT, um passo importante no que já tem sido defendido em muitas situações, por diversos organismos, sempre com o objetivo principal de adequar esta região à oferta que tem, em termos empresariais. Afirmou que é uma lacuna que se tem, em termos regionais, este plano de investimentos que se está a propor, pois o POC Norte, tem como objetivo fomentar áreas de formação adequadas à região e, também, tentar fomentar algumas áreas, que, por vezes, não têm muita procura, mas que podem ser importantes para a região do Douro. Neste sistema, que deve ser alargado aos Politécnicos, existe uma preocupação desde o nível secundário ao profissional, até à própria Universidade. Essa colaboração deve envolver também os agentes económicos, as grandes

empresas, esperando que com este plano de investimentos, com apoio da CCDR, se venha a conseguir o principal objetivo de colmatar o desemprego nesta região.

Tomou a palavra o senhor **Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues** para dizer que, não é habitual ouvir-se, por parte do grupo municipal do Partido Socialista, elogiar o executivo camarário. Quer enaltecer e realçar as palavras do senhor João Paulo Batalha Machado e da senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima, nos elogios feitos ao executivo camarário, que são bem-vindos e são merecidos porque são justos. A propósito do núcleo de Apoio à Vítima de Violência Doméstica e às questões de género, todos concordam com o que a senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima proferiu. Efetivamente, é uma situação que não devia acontecer em Portugal e em qualquer parte do mundo. Mas, antes de criar o grupo de trabalho ou a dita comissão, propunha que se fizesse um estudo, a nível do Município de Lamego, de investigação, para se detectar o que se está a passar, identificar as áreas prioritárias onde é preciso intervir. De contrário acontece o que tem acontecido ao longo dos anos, pois pode-se estar a investir em áreas que podem ser prioritárias, por exemplo em Tarouca, mas não em Lamego ou em Armamar.

Quanto ao referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, efetivamente, foi constituído, o senhor Presidente da Câmara, na qualidade de Presidente da CIM do Douro sabe o que se passa, o consórcio da Unorte. PT, entre a Universidade de Trás-os-Montes e o Alto Douro Vinhateiro, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho, que é uma janela de oportunidade que se vai abrir em termos de formação e de troca de docentes, da oferta de formação, não abrindo o mesmo curso em Vila Real, no Minho e no Porto, abrindo só numa instituição, para não saturar o mercado em algumas áreas. Portanto, trata-se também, de conseguir unir as universidades e criando o *lobby* alavancar, para serem mais fortes junto de Bruxelas, na obtenção de fundos comunitários.

Referiu, relativamente ao último ponto da ordem de trabalhos “Estratégia integrada Douro 2014-2020”, pois no fundo é disso que se trata, é ir-se buscar fundos financeiros, com projetos que criem valor, não só para o Município, mas para vários municípios. Portanto, esta junção das três universidades tem que ter esse caminho, pois as universidades de Aveiro, Coimbra e Covilhã vão fazer o mesmo.

Interveio a senhora **Maria Ascensão Bernardo Amaral** para, em seu nome e em nome da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, de Lamego, se congratular com a criação do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica.

Na sequência do que o senhor Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues vem aqui dizer, no âmbito da violência doméstica e, na qualidade de Presidente desta Comissão de Proteção, cabe-lhe informar a Assembleia que o maior número, diria mesmo 90% dos casos de violência doméstica, em Lamego, têm a ver com problemas de álcool. Torna-se premente colocar em funcionamento este gabinete de Apoio à Vítima de Violência

Doméstica, pois ainda na passada quinta-feira, esteve a tratar, no tribunal, com a PSP, numa situação de violência doméstica. Informou que, desde há um mês, se registaram quatro sinalizações de vítimas de violência doméstica, muito graves, nalguns casos as vítimas não querem sair de casa, noutros, não saem porque têm medo.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para referir que a Mesa da Assembleia aceita o repto lançado pela senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima e pelo senhor Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues, porque considera importante debater este assunto. Vai promover uma reunião com líderes dos grupos municipais, para decidir da pertinência da criação de uma comissão, ou de um grupo de trabalho, que aborde a questão da violência doméstica no global.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para, sobre este assunto, deixar uma palavra de agradecimento e de reconhecimento ao trabalho que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo faz, em condições muito difíceis, no apoio não só para os jovens, mas também para os agregados familiares. Merecerá, da parte do grupo municipal do Partido Socialista, todo o apoio e toda a disponibilidade.

Também deixou uma palavra de reconhecimento ao trabalho desenvolvido, pela senhora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, ex-vereadora da Câmara Municipal de Lamego, que pediu a suspensão de mandato. Afirmou que a mesma, ao longo do período que exerceu funções, demonstrou todo o empenho, toda a dedicação, toda a sua voluntariedade ao serviço do Município de Lamego. Reforçou que é de reconhecer e é de enaltecer essa dedicação. Contudo, isso deixa-lhe alguma apreensão, relativamente ao momento político que vive o executivo. Efetivamente, as razões apontadas pela senhora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, citando as suas palavras *"Pedi a suspensão, por imperativos de consciência e por razões de divergência de caráter pessoal, com o senhor Presidente da Câmara"*

Foram estas as razões tornadas públicas, divulgadas através dum comunicado, do partido que a elegeu - o CDS/PP. Já antes um senhor vereador também pediu a suspensão de mandato, alegando razões pessoais, depois, aqui complementadas com a intervenção do senhor Presidente da Câmara, referindo que, atendendo ao quadro pessoal e familiar que então o senhor Eng.º José Fernandes Pereira atravessava, não tinha capacidade para enfrentar os desafios que se lhe colocavam.

Agora, também, em matéria de reconhecimento, uma palavra especial para o senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa, que habituou aqui, ao longo de vários mandatos, a fazer intervenções sempre vivas, sempre em prol e em defesa dos munícipes, que nesta sessão teve o conhecimento que renuncia ao mandato, evocando razões de ordem profissional e pessoais. Disse que, com a devida vénia ao senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa, julga, advinha que essas razões, terão mais a ver, com a sua integridade pessoal e política, do que por aquelas que vêm alegadas no seu pedido de renúncia, de incapacidade profissional ou incompatibilidade profissional.

Pois o senhor Fernando Manuel Cardoso de Sousa, em vários momentos, se calhar, bem mais difíceis na sua carreira profissional, sempre esteve presente na defesa dos interesses do Município. Não pode especular, tem que respeitar as razões, que o próprio invoca. Mas dado o quadro político que o executivo atravessa, parece-lhe que terá muito mais a ver com essa matéria, do que com outras questões. O Partido Socialista, tem grande apreensão com a forma com está a ser conduzido a vida pública do Município.

Aproveitou a oportunidade para dar os parabéns pessoais pela assunção de funções por parte do senhor José Correia da Silva. Afirmou que, pessoalmente, ficou satisfeito, mas não deixou de lhe dizer “olhos nos olhos”, com a transparência que lhe é peculiar, mas o mesmo não lhe podia dizer, em termos políticos. Em termos políticos, vê com grande apreensão todas estas mudanças no executivo e agora, na Assembleia Municipal. Espera que a dedicação que o senhor José Correia da Silva colocou em prol dos munícipes, nas funções que anteriormente ocupou, as coloque enquanto Vereador e Vice-Presidente da Câmara.

Referiu que o senhor Presidente da Câmara, na sua informação, esqueceu-se de dar conta da redistribuição de pelouros que operou no seu executivo. E vê, com agrado, pela primeira vez, que o senhor Presidente da Câmara tem pelouros sob a sua responsabilidade. Porque até agora, o trabalho da gestão da coisa “pública” cabia à Lamego ConVida, por ser Presidente do Conselho de Administração da Lamego ConVida. Agora há o cidadão Francisco Lopes a desempenhar as funções de Presidente de Câmara, esperando que, com estes novos contornos políticos, seja capaz de gerir politicamente o Município de Lamego, porque é entendimento do Partido Socialista, que andaram bem os senhores Vereadores, quando avocaram o exercício das competências delegáveis, não por ser iniciativa do Partido Socialista, para que isso seja uma vitória do Partido Socialista, mas porque as pessoas que estavam nos primeiros lugares das listas candidatas da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, suspenderam os seus mandatos. Acha importante que essas competências sejam exercidas no colectivo, que o fará muito melhor, do que o órgão singular.

Relativamente à informação do senhor Presidente da Câmara, e quanto ao parque de estacionamento do Espírito Santo, com a Lameurbe, uma parceria pública/privada, já na altura, o senhor Presidente ainda não estava cá, ele, na Assembleia Municipal, manifestou as mesmas reticências que as manifestadas quando da criação da Lamego ConVida. Se a Lameurbe chegou onde chegou, não quer assacar responsabilidades ao senhor Presidente da Câmara, que deixou que as coisas fossem decorrendo. Por isso vê com apreensão a gestão do estacionamento público, que o leva à questão do Eixo Barroco, com a questão da gestão de tráfego. Afirmou que só quem anda no dia-a-dia na cidade, que precisa de ir à zona baixa, sente os constrangimentos diários. Mas torna-se necessário fazer uma gestão racional, repensando o trânsito na zona. É

necessário fazer uma gestão ouvindo os responsáveis, as autoridades policiais, associações de comerciantes, os comerciantes, os utentes, sobre como resolver a questão do trânsito. Resolver a questão do parque com as obras do Eixo Barroco, não foi, exatamente, o que aconteceu. Mas agora o senhor Presidente da Câmara vem falar na gestão do estacionamento, deixando no ar que há espaços públicos não pagos, a concorrer com espaços públicos pagos. Deixou no ar que no parque que está à frente do Pavilhão Multiusos, a Câmara equaciona que seja pago. Gostaria de obter alguma resposta, por parte do senhor Presidente da Câmara, sobre estas questões, nomeadamente, se as obras que se falam no parque de estacionamento, se são promovidas pela Câmara.

Outra questão tem a ver com o balancete de terceiros, pois deu conta que a dívida de terceiros triplicou relativamente à última informação. Se existe alguma razão objectiva, já que no último balancete era de um milhão e tal de euros e neste situa-se nos três milhões de euros.

Tomou a palavra o senhor **Constantino José da Costa Vaz** dizendo ao senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, relativamente a dívida a fornecedores ou a terceiros, que a 31 de janeiro a dívida a fornecedores era de um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e seis euros e à banca a dívida era de vinte um milhões, quatrocentos e um mil euros; sintetizando, há redução da dívida, em 2014, de 20%.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor João Paulo Batalha Machado, relativo à atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Lamego à Associação Filarmónica e Banda Juvenil de Magueija, informando que a mesma foi atribuída no Concerto de Ano Novo, organizado pela referida Banda. Quem foi ao Concerto da Banda de Magueija teve o privilégio de assistir à entrega da Medalha.

Relativamente à questão de Apoio à Vitima de Violência Doméstica, agradecendo o reconhecimento que foi feito pelo Partido Socialista por esta iniciativa, afirmou que é uma temática que tem que ser gerida e tratada com serenidade e descrição. Já se faz atendimento às vítimas de violência doméstica, cerca de setenta e um casos, em 2014. Os recursos a afectar é uma Assistente Social, uma Socióloga e Psicóloga, precisa-se de aconselhamento jurídico; a senhora Secretária de Estado ficou de disponibilizar apoio financeiro para esse efeito. Disse que o Núcleo de Apoio à Vitima de Violência Doméstica vai continuar a fazer os atendimentos, simplesmente de forma estruturada, seguindo regras standardizadas, fazendo um melhor suporte da informação e articulando melhor com outras entidades que sinalizem os casos. posto Não se irá à procura das pessoas, terá que chegar a sinalização ou via Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), via PSP ou os serviços serem contactados pelas pessoas que precisem desse apoio, que será concedido, sempre, com a maior descrição, para não expor publicamente o problema e poder agravá-lo.

Quanto à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia, o senhor Presidente da Câmara, disse que não se deve confundir o objeto da Unorte, PT, que de resto, o senhor Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues esclareceu, com outro aspeto que se tem em curso e que se trata da Carta de Compromisso para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, subscrita pelas três CIM'S, pelas associações de ensino superior e pelas associações empresariais. Aí, com mais facilidade, poderão ser desenvolvidos projetos comuns, como apresentar candidaturas a fundos comunitários em áreas que se identificam como prioritárias, nomeadamente a formação e qualificação, empreendedorismo, promoção turística e internacionalização. Pelo menos, nestas três áreas, irá tentar que sejam trabalhadas com um “chapéu comum” para toda a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o envolvimento das CIMs, universidades, politécnicos e associações. Salientou, também, o que referiu a senhora Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ), do trabalho, em articulação que tem sido feito, pelos serviços da Câmara, junto daquela instituição, sempre que para tal é solicitada.

No que concerne às questões formuladas pelo senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, a senhora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira suspendeu o seu mandato por trinta dias, não vai estar aqui a anunciar distribuição de pelouros, que é, por natureza provisória, para além de ser da única e exclusiva competência do Presidente da Câmara e pode alterá-los, sempre que bem entender. Por isso, quando fizer uma distribuição de pelouros dará a informação à Assembleia. Situação diferente estaria hoje aqui a tratar, se os senhores vereadores tivessem tido uma posição diferente em relação ao pedido apresentado pela senhora Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, pois acha que foi desconsiderada e mal tratada na reunião de Câmara pelos senhores vereadores, na apreciação que fizeram em relação ao seu pedido de suspensão de mandato. Mas isso é uma situação que terá que voltar a ser reavaliada.

Quanto à vereação, que está muito bem e muito estável, ainda ontem houve uma reunião de Câmara muito profícua, com a aprovação dos assuntos que tinham de ser aprovados, os chumbos dos que tinham de ser chumbados, e a retirada de alguns onde não houve vontade de decidir nas condições em que os processos estavam apresentados. Todos estes trâmites fazem parte da vida autárquica, que seguirá com toda a normalidade, sendo que, as pessoas que hoje o acompanham na vereação, têm, exatamente, a mesma legitimidade que tinham os que se seguiam a ele na lista de candidatos à Câmara Municipal de Lamego. O facto de se ir numa lista, não dá direito a ninguém. Quanto às questões de natureza de desentendimento pessoal ou de confiança pessoal, deve dizer que, quer o senhor Eng.^o José Fernandes Pereira, quer a Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, quer o senhor Jorge Guedes Osório Augusto, foram escolhas pessoais dele, mediante o mandato que lhe foi concedido pelas Comissões Políticas do PSD e do CDS. Foram opções pessoais e políticas que

tomou num determinado momento. Assim o entendimento, ou desentendimento, que decorra no âmbito da vereação, não é mais do que repor a situação ao ponto inicial, do relacionamento que se estabeleceu, no seio do executivo. Mas mais importante que isso, está um projeto político que extravasa largamente as pessoas, porque tem a ver com os partidos, que representam princípios e valores estratégicos para a organização da sociedade e, implica com os eleitores, os lamecenses, que não podem ver defraudadas os objetivos que tinham, por trás dessa escolha. Reiterou que o Presidente da Câmara e os vereadores em funções executivas, irão fazê-lo com todo o esforço, dedicação e competência.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou ainda que este não é o momento de voltar a discutir a questão da rotunda do Soldado Desconhecido. As obras no parque de estacionamento do Espírito Santo, terão de ser feitas pelo proprietário do parque.

Quanto ao facto do Parque de estacionamento do Espírito Santo ter menos gente, isso é evidente e lógico, pois essas viaturas estão no Largo da Feira, enquanto essa situação o permitir; isso implica que o parque de estacionamento do Espírito Santo continue a dar quinhentos mil euros de prejuízo por ano, e esse é o problema que se tem pela frente, ou em alternativa ficará fechado e a degradar-se.

No que concerne à dívida a terceiros, afirmou que a dívida a terceiros a 22 de janeiro, era de dois milhões e seiscentos e nove mil euros e a 30 de janeiro era de um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil euros, como referiu o senhor Constantino José da Costa Vaz. Afirmou que se quer que a dívida seja fixa, que a dívida desapareça, mas a dívida não desaparece, pois todos os meses têm que entrar nesta Câmara dois milhões de euros de faturas ou um milhão e oitocentos mil euros ou dois milhões e duzentos mil euros de faturas e outros encargos.. E um Município, como o Município de Lamego terá que ter, sempre, dois a três milhões de euros de dívida a fornecedores, que significa o conjunto de encargos, de pelo menos, 60 a 90 dias. Há um conjunto de encargos que são pagos no mês, há um conjunto de encargos que são pagos a 60 dias e há o conjunto de outra dívida, nomeadamente, devida a fornecedores e empreiteiros que não seja regular, que seja pontual e, que não tenha fundos comunitários e que imponha prazos, que poderão ir até 90 dias, que é o prazo que a lei estabelece como prazo máximo de pagamento desejável, a partir do qual o Município, entra de facto, em incumprimento.

Disse que a 31 de dezembro se terminou o ano com pouco mais de um milhão de euros de dívidas a fornecedores, que transitaram para janeiro, no melhor exercício de sempre do Município de Lamego, no capítulo particular da dívida a fornecedores, o que nunca aconteceu desde que entrou na Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que, considera, que de facto, todas as intervenções proferidas pelos membros da Assembleia estiveram dentro do enquadramento do pedido de informação ao senhor Presidente da Câmara,

exceptuando, talvez, o ponto em que o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura, que o poderia ter apresentado no período antes da ordem do dia. Mas não deixa de ser real que o Regimento contempla, na sequência do pedido de informação que fez, o esclarecimento que lhe parece, caber, também, neste ponto.

Interveio o senhor Ângelo Manuel Mendes dizendo que o grupo municipal do Partido Socialista solicitou os pedidos de esclarecimentos, relativamente à questão das contas no âmbito da informação financeira, enviada pelo senhor Presidente da Câmara. Não foi para fazer quaisquer comentários políticos.

De seguida, afirmou que os números que o senhor Presidente da Câmara trouxe, foram, exatamente, aqueles que aqui proferiu, no ano de 2014 – balancete de terceiros, cerca de um milhão de euros, perguntando o facto, de no dia 22 ter triplicado, havendo uma divergência que não entende, e que, efetivamente, o balancete de terceiros que lhe é fornecido, tem um saldo credor e, quem entende contabilidade, sabe que isto é dívida da Câmara, de três milhões, cento e vinte e nove mil e seiscentos e noventa euros e quatro cêntimos, valor que não inventou, está no documento; o valor de que o senhor Constantino José da Costa Vaz falou não põe em causa nada do que tinha referido, nem entendeu a reacção do senhor Presidente da Câmara. O esclarecimento que o senhor Presidente da Câmara prestou satisfá-lo, ficando a saber, daqui para o futuro, que o balancete de terceiros anda, sempre, na casa dos dois a três milhões de euros, que a dívida a fornecedores será paga a 60 a 90 dias. Em suma, é isso que lhe interessa saber, é isso que a Assembleia Municipal tem obrigação de questionar, é essa a função dos membros da Assembleia.

Relativamente à outra questão que colocou, afirmou que regista com agrado, a resposta do senhor Presidente da Câmara, efetivamente, a legitimidade da lista da coligação, podia não ser da responsabilidade do senhor Eng.^o Francisco Lopes, mas sempre entendeu que o seria, mas foi dito, de uma forma clara, o que esteve na génese da formação da lista de candidatos da Coligação. Congratula-se, quando o senhor Presidente da Câmara diz *“que o projeto deve ser um projeto dos partidos, não um projeto das pessoas, em prol dos munícipes”* Mas o que interessa realçar, que regista com agrado, é a expressão *“a vereação está estável, a Câmara apreciou, aprovou o que tinha que aprovar, rejeitou o que tinha que rejeitar”*.

Reforçou que entende que deve ser assim, a coisa pública, deve ser gerida e espera que seja essa a postura do senhor Presidente da Câmara, até ao fim do mandato.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que no documento que soma os três milhões e cem mil euros, estão contabilizados os montantes das cauções bancárias, que não são dívidas, as cauções bancárias estão constituídas e depositadas, serão devolvidas quando terminarem o período de garantia das obras ou equipamentos, estando no documento algumas centenas de milhares de euros de garantias bancárias.

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento.

04 - ASSUNTO: ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO E SEU SUBSTITUTO (TAMBÉM PRESIDENTE DA JUNTA) PARA PARTICIPAR NO XXII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES

O Grupo Municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego” apresentou como candidato efetivo e candidato suplente, os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Lamego (Almacave e Sé), António Manuel da Costa Roçado e o Presidente da Junta de Freguesia de Avões, Macário Cardoso Rebelo, respetivamente.

Deliberação: Submetida a candidatura a sufrágio por voto secreto e nominativo, foram eleitos os representantes com vinte e seis votos a favor e nove votos contra.

05-ASSUNTO:APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A INSTITUIÇÃO APITIL – ASSOCIAÇÃO PELA INFÂNCIA E TERCEIRA IDADE DE LAMEGO – AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta da Câmara Municipal, que refere que a A.P.I.T.I.L. é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que desenvolve atividades de natureza social, de interesse e âmbito local, consubstanciadas, essencialmente, na promoção no seu centro de dia e jardim-de-infância, de apoio a idosos e crianças do concelho de Lamego. A fim de poder continuar a desenvolver estas atividades de interesse público, e numa conjuntura económica particularmente difícil, necessita esta IPSS de um apoio financeiro, mediante a atribuição de um subsídio, por parte do Município de Lamego, no montante total de 117.600,00€ (cento e dezassete mil e seiscentos euros), repartidos por 7 (sete) anos, com efeitos a partir de janeiro 2015.

O protocolo a celebrar tem como objeto a atribuição, pelo Município de Lamego à A.P.I.T.I.L., de um subsídio no montante acima referido, para apoio das atividades de natureza social, de interesse e âmbito local, consubstanciadas, essencialmente, na promoção no seu centro de dia e jardim-de-infância, de apoio a idosos e crianças do concelho de Lamego.

Considerando que a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), está sujeita à autorização prévia pela Assembleia Municipal e o montante ultrapasse o período de mandato 2013-2017, propõe:

Submeter à Assembleia Municipal a autorização para a repartição de encargos, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do protocolo a celebrar com a instituição APITIL para os seguintes anos económicos e da forma que se indica:

| 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | TOTAL |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|
| 1.400,00 € | 1.400,00 € | 1.400,00 € | 1.400,00 € | 1.400,00 € | 1.400,00 € | 1.400,00 € | |
| <i>12</i> | <i>12</i> | <i>12</i> | <i>12</i> | <i>12</i> | <i>12</i> | <i>12</i> | |
| 16.800,00 € | 16.800,00 € | 16.800,00 € | 16.800,00 € | 16.800,00 € | 16.800,00 € | 16.800,00 € | 117.600,00 € |

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que chegou à mesa, uma recomendação, apresentada pela Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que a leu e se transcreve na íntegra:

“1 – Tendo em consideração que no pretérito dia 19/12.2014 a Assembleia Municipal de Lamego aprovou uma recomendação no sentido de ser solicitada à APITIL, uma série de documentos que permitisse de algum modo esclarecer os membros desta Assembleia acerca da real situação económica/financeira daquela instituição;

2 – Que só parte de tais documentos foram disponibilizados a esta AM na passada sexta-feira dia 30 de janeiro findo, que, ainda que analisados de forma sucinta, apresentam uma série de imprecisões contabilísticas.

3 – O Grupo Municipal da Coligação não se sente confortável em votar esta proposta e manifesta a sua preocupação e recomenda e propõe que seja remetido ao Executivo Municipal para efeitos de reanálise, apreciação e tomada de posição, tomando em consideração toda a documentação proveniente da direção da APITIL e enviada a esta assembleia e, deste modo, que seja retirado o ponto 5 da presente ordem de trabalhos”.

Tomou a palavra o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** para se referir apenas à recomendação, dizendo que a mesma não tem qualquer fundamento regimental. Se o senhor Presidente da Câmara retirar a proposta, é um poder que lhe assiste, porquanto a proposta é da Câmara Municipal, não lhe parece que caiba à Assembleia Municipal fazer propostas de retirada de assuntos. Afirmou que, pela parte do grupo municipal do Partido Socialista, quanto a essa matéria, já a expressou, já manifestou a sua posição, respeitará a decisão do senhor Presidente da Câmara.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para informar o senhor Ângelo Manuel Mendes Moura que, segundo o art.º 28.º do Regimento da Assembleia, é dada a palavra concedida aos membros da Assembleia Municipal para apresentar recomendações, pelo que está contemplada essa possibilidade.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para informar e, atendendo à posição expressa pelo grupo municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, que retira esta proposta da ordem de trabalhos, para voltar ao executivo municipal.

Deliberação: Retirada da ordem de trabalhos.

06-ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO DE INDÚSTRIA AGROALIMENTAR – REQUERENTE: FUMEIROS PORFÍRIOS, LDA. NO LUGAR DE LAMEIRÃO – GOUCHA - LALIM

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara, que refere que a empresa requerente Fumeiros Porfírios, Lda., constitui já hoje uma referência nacional no que respeita à produção de enchidos e fumeiros, adotando métodos tradicionais na preparação daqueles produtos, e respeitando sempre os mais elevados níveis exigidos em segurança alimentar.

Esta empresa para além de fazer venda direta com espaços comerciais próprios, e fornecer os seus produtos nas mais diversificadas zonas do País, constitui se como um fornecedor de relevo nas grandes cadeias de distribuição, resultando daí a comercialização nas grandes superfícies comerciais de maior destaque no País.

Igualmente iniciou a sua presença na exportação, especialmente em destinos de emigração, forma de à sua atual dimensão, dar início à sua presença em mercados internacionais.

Face ao crescimento verificado no conjunto das vendas, e tendo em conta a necessidade de manter a empresa atualizada no que respeita às novas tecnologias aplicadas à indústria, bem como dar resposta aos novos conceitos de mercado, conjugando sempre a tradição com as maiores exigências de qualidade e segurança alimentar, verificou a requerente ter necessidade de criar uma nova unidade industrial, de forma a poder dar resposta ao aumento das solicitações.

Esta nova unidade industrial, que será dotada da mais moderna tecnologia colocada à disposição deste sector alimentar, só resultará se a sua localização ficar integrada na área onde já se encontra a atual produção, porquanto dessa forma permitirá obter um completo aproveitamento das várias sinergias dos espaços e respetivos equipamentos.

A presente memória descritiva embora de forma sumária, apresenta a metodologia em que a nova unidade industrial irá prosseguir.

Para levar a efeito e edificação desta nova unidade industrial, torna se necessária a desafetação de uma pequena parcela de área de terreno que se encontra em área de RAN – Reserva Agrícola Nacional -, pelo que se requer que a Câmara Municipal de acordo com o nº 5 do artigo 38º do Regulamento do P.D.M. em vigor, considere de interesse municipal esta nova unidade industrial, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 38º do referido Regulamento.

Pelo exposto e em complemento à deliberação do executivo municipal, de 27 de outubro de 2014, propõe que a Câmara reconheça a referida unidade industrial, como de relevante interesse público, de acordo com o Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 de março, para efeitos de instrução do pedido de desafetação de área de terreno inserido em área RAN – Reserva Agrícola Nacional, e que se submeta à Assembleia Municipal para que delibere sobre o referido interesse público da pretensão.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara** para esclarecer que se trata de declarar o interesse público de um empreendimento situado na freguesia de Lalim, que consiste numa fábrica de enchidos, que se encontra construída em espaço de reserva agrícola nacional. A Comissão Regional da Reserva Agrícola, para submeter à apreciação do senhor Secretário de Estado esta proposta de ampliação, com vista à alteração do uso do espaço onde está construída esta fábrica, solicita ao executivo municipal, que seja declarado, pelo Município, o interesse público desta pretensão.

Assim, parece-lhe que uma indústria que cria emprego, que aproveita uma das potencialidades locais em que Lamego é mais conhecido, nomeadamente, o presunto de Lamego – o fumeiro tradicional, uma empresa que tem vindo a crescer e a afirmar-se, não apenas nos mercados de nicho, mas também, na grande distribuição, uma empresa que tem projetos de ampliação, nomeadamente, para outras áreas, também de interesse para a região, concretamente, com a próxima construção de uma Queijaria, só pode merecer, da parte do executivo, que seja considerada, pela dimensão e pelo impacto que tem na economia local, o rótulo de Interesse Público.

Adicionando-lhe ao Interesse Municipal já declarado nesta Assembleia Municipal, para efeitos do artigo 38.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.

Interveio o senhor **Ângelo Manuel Mendes Moura** afirmando que o grupo municipal do Partido Socialista, com a devida vénia ao senhor Presidente da Câmara, subscreve, inteiramente, as considerações do mesmo. Efetivamente, esta unidade representa o melhor do Município de Lamego, a par de outras e, seriam desejáveis muitas mais. A posição do grupo municipal do Partido Socialista é favorável, é apenas reconhecer que ela tem interesse municipal e, mais que isso, interesse público.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim** para, subscrevendo as palavras do senhor Presidente da Câmara, reforçar que a importância socioeconómica que a empresa Fumeiros Porfírio, Lda., tem no Município, essencialmente, na freguesia de Lalim, é enorme. É uma empresa que hoje tem nos seus quadros 40 funcionários, que no ano transacto atingiu seis milhões de euros de volume de negócios, que foi distinguida recentemente como uma PME de excelência. É uma empresa que tem levado o bom nome de Lamego a todo o Portugal e a todos os cantos do mundo e, que, em tempos difíceis, tem a capacidade e a coragem de investir, ambição e vontade de alargar a sua atividade industrial, com a consequente criação de emprego. É uma empresa que muito orgulha a freguesia de Lalim.

O senhor **Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues** para informar que a Coligação “Todos Juntos Por Lamego”, com elevado apreço, vota favorável a pretensão.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

07-ASSUNTO: APRECIACÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DO DOURO 2014-2020

Presente à sessão da Assembleia Municipal para apreciação a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro 2014-2015.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para enquadrar este trabalho, numa obrigação das Comunidades Intermunicipais, em termos da sua preparação para responder aos desafios do novo quadro comunitário. Esta foi, efetivamente, a justificação próxima, para se desenvolver este trabalho, à semelhança do que aconteceu no Início do Quadro Referencia Estratégico Norte. No início do último quadro comunitário, as comunidades intermunicipais foram convidadas a desenvolver um plano de desenvolvimento territorial. Foi a primeira iniciativa das comunidades intermunicipais, a primeira experiência de trabalho em conjunto, de planeamento estratégico do futuro da região, em termos de uma intervenção alargada, não apenas da CIM'S e dos seus municípios, mas também, de outras instituições. Que passa com a sua ação, contribuir para a estratégia comum.

Referindo-se ao documento, na sua página 13, está um esquema daquilo que se pretende. Afirmou que o Plano é constituído por 3 peças fundamentais: uma peça de diagnóstico, pois todos dizem que os problemas, as ameaças, as vantagens e as potencialidades da região, estão desde há muito tempo elencadas. Mas interessa ainda que, indo a outros planos e documentos, ter a consciência, de qual é o diagnóstico e o ponto onde nos encontramos. Depois o plano tem uma estratégia, que indica o caminho a seguir executando um plano de ação, que está organizado em patamares, que fazem uma alusão óbvia aos patamares dos vinhedos do Douro, que produzem o vinho do Porto e que construíram a paisagem Património da Humanidade. Com essa estratégia e esse plano de ação quer-se ser conduzido a uma situação nova que é o futuro desejado para a atingir em 2020, quando terminar este quadro comunitário. Torna-se evidente que há que ter em conta que pode não se ter capacidade ou para seguir a estratégia ou para executar todas as medidas do plano de ação, até porque muitos não dependem da CIM nem dos Municípios, mas dependem das empresas e de outras instituições do Estado, dependem das associações empresariais, das instituições do Conhecimento, nomeadamente, Universidades e Politécnicos. Pode haver a necessidade prevista de estudar cenários alternativos, onde se pode ir terminar, sem ser no futuro que o plano estabelece.

Acrescentou que, para cada uma das áreas de intervenção do plano, ou seja, para cada um dos patamares, foi desenvolvido um esquema que permite juntar situação de diagnóstico e medidas para ou combater o problema identificado ou desenvolver a

potencialidade que foi elencada. Disse que a título exemplificativo, na página 75 do plano está um esquema para a ação social. Sendo o que é previsto: primeiro identificar os problemas, pobreza, isolamento, despovoamento, desemprego, exclusão social, abandono e insucesso escolar; segundo, proposta de soluções, valorizar o ensino nacional, profissional, promover o envelhecimento ativo, promover o empreendedorismo e economia social, incrementar a relação escola/empresa e fazer a articulação e o acompanhamento e gestão de todas estas iniciativas, através de uma Central de Emergência Social. Realçou que este é o esquema que se aplica, com as devidas alterações, a todas as áreas identificadas como áreas prioritárias de atuação. Disse que os patamares referidos na página 107 do plano: qualificação e empregabilidade, conetividade territorial para as pessoas, comunidades e empresas, eficiência energética e energias renováveis, compromisso para o Douro Património Mundial sustentável, região inclusiva e empreendedora, plataforma regional para o conhecimento e inovação para a fileira agro-alimentar, qualificação e diferenciação e promoção da fileira turística, reconhecimento e práticas, benemérito; e um patamar, mais virado para dentro, modernização e qualificação administrativa. Afirmou que, com este esquema de ilustração de cada um destes patamares, de identificação dos problemas ou potencialidades e das medidas propostas, passa-se para o plano de ação, um conjunto de medidas, que serão levadas a efeito, estão, também, detalhadas para cada um dos patamares.

Afirmou que numa 3.^a fase existirão projetos, estão elencados mais de 400 projetos, identificados pelos 19 municípios, como de interesse para a região, alguns da responsabilidade dos municípios, outros da responsabilidade de outras instituições públicas ou privadas. Este plano e parte destes projetos, medidas e ações, serão incluídas numa intervenção territorial, ou seja, num compromisso que vai ser estabelecido entre a CIM do Douro e a Comissão Directiva do Norte 20-20, novo quadro comunitário, para que esses projetos possam ser desenvolvidos sob a responsabilidade e gestão da Comunidade Intermunicipal. Pois isto já foi feito no Quadro Referencia Estratégico Nacional (QREN), onde se teve um conjunto de projetos, na ordem dos cem milhões de euros, que foram contratualizados entre a Comunidade Intermunicipal e a Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN) e que, levaram à execução de múltiplos projetos por toda a região, nomeadamente, os centros escolares que foram construídos em todas os municípios da região. Esta intervenção territorial integrada (ITI), que começará a discutir-se na segunda-feira na Comissão de Coordenação com a apresentação deste estudo hoje a ser apresentado a esta Assembleia Municipal, pelas 7 Comunidades Intermunicipais e área metropolitana na Comissão de Coordenação. Depois será feita a audição das instituições, para avaliar as suas expectativas para o novo quadro de programação.

Os projetos em sede de Intervenção Territorial Integrada serão filtrados por uma equipa nomeada pela Comissão de Coordenação, nas quais o ilustre economista, lamecense Dr. João Rebelo integrará essa Comissão, que é a Comissão onde se irá procurar fazer uma negociação, que resulte no estabelecimento de uma estratégia de intervenção integrada para a região do Douro, que incida nos principais eixos de desenvolvimento da região maximizando os fundos comunitários. Afirmou ainda que se procurou que este documento, fosse um documento estratégico que, de forma clara, aponte o caminho que se quer desenvolver, que na ação social, na exclusão social, na qualificação, no empreendedorismo e desenvolvimento das capacidades económicas, no turismo, na fileira agro-alimentar, bem como na forma de desenvolver esse caminho: projetos, ações, medidas diversas, que se têm de integrar nesta estratégia, para efeitos de candidaturas comunitárias e que se integrem na estratégia, com o objectivo de contribuir para a melhoria da notoriedade do Douro, numa maior capacidade das empresas desta região, das diversas fileiras, concreta, do vinho, da fruta, dos produtos regionais, estarem plenamente integradas e serem reconhecidas, com uma melhor integração social, com respostas sociais adequadas aos problemas identificados e com um melhor desenvolvimento das estruturas de ensino, formação e investigação, com uma melhor conectividade interna e externa da região.

Tomou a palavra o senhor **Eng.º Paulo Noronha, 1.º Secretário Executivo da CIM Douro** para afirmar que o senhor Presidente da Câmara já abordou a maioria das questões, mas irá fazer um visão global do que foi este processo.

Assim, disse que a União Europeia, em 2013, resolveu mudar o paradigma dos fundos comunitários, e, pela primeira vez, ter regras comuns a todos os conjuntos de fundos comunitários, que são geridos pelos seus Estados membros, definindo uma estratégia para 2020, uma estratégia de crescimento assente nestes três pilares: o crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo. É uma estratégia por etapas: uma primeira, que foi uma obrigação da União Europeia, que definiu, pela primeira vez, um quadro estratégico comum, um conjunto de regras que vão ser comuns a todos os fundos comunitários e que permite garantir uma articulação entre todos eles. A seguir, cada um dos Estados elaborou um plano estratégico nacional, a que se chama um acordo de parceria, negociado entre a Comissão Europeia e as autoridades nacionais, que define o que quadro estratégico comum definia para a União Europeia. Agora o acordo de parceria define a estratégia de investimento em cada um dos Estados membros, a partir do qual cada um dos Estados membros elaboram os vários programas operacionais, transformando aquilo que eram as prioridades e os objetivos do acordo de parceria, em ações concretas. Em Portugal há 16 programas operacionais, que foram negociados com a Comissão Europeia.

Paralelamente a estes programas operacionais, a União Europeia desenvolveu e colocou à disposição dos Estados membros, uma ferramenta de integração, os

investimentos territoriais integrados (ITI), que são um conjunto de investimentos que podem ser amarrados numa única estratégia a vários fundos comunitários. Um dos elementos chave das ITI'S são as estratégias territoriais de desenvolvimento, e é aqui que se está, que vão declinar em ações concretas. Portanto, para se ter uma ITI, começa-se por desenvolver esta estratégia territorial integrada, que foi objeto de uma candidatura ao Programa Operacional de Assistência Técnica, tem um investimento de cento e dezassete mil euros, co-financiada em 85%. Para ajudar a delinear esta estratégia, por já ter a experiência de trabalhar no Douro Sul, foi contratada a equipa de Consultores do Professor Augusto Mateus. A estratégia está alicerçada em três pilares: uma primeira fase do diagnóstico, para o que foram convidados um conjunto alargado de entidades para reuniões sectoriais, realizadas no Museu do Douro em dezembro de 2013, com entidades ligadas quer ao patamar do crescimento inclusivo, à Segurança Social, às Instituições Particulares de Solidariedade Social, Educação e ao Emprego. Houve também uma outra reunião com as Entidades ligadas ao sistema produtivo, às empresas, às associações comerciais e uma outra reunião ligada ao Sistema Científico e à Inovação, ao Crescimento Inteligente, com as Escolas Profissionais e um conjunto alargado de outros atores. Deste conjunto alargado, cerca de 40 entidades que responderam aos 200 convites enviados, a equipa ouviu, em entrevistas personalizadas, 10 entidades das universidades e agentes comerciais. Com base neste diagnóstico, foi desenhada a visão e os eixos estratégicos para a região e, finalmente, a fase seguinte, a partir dos eixos estratégicos foi delineado um programa de ação genérico global. Deste resultado de diagnóstico, resultou uma visão para a região, com quatro itens fundamentais, uma região que se pretende com maior identidade, uma região que se pretende mais inteligente, uma região que se pretende mais inclusiva, uma região que se pretende mais integrada, quatro vetores, que pretendem que o Douro seja um território com uma forte matriz identitária, inteligente, inclusiva e integrada, que promova e reforce a sua cultura e tradições, uma viticultura competitiva e com coesão económica e social, que se afirme como uma região de referência, pela valorização dos seus produtos endógenos, oferta turística à escala nacional e internacional e, por uma governação de concertação e cooperação.

A partir desta visão foi definido um conjunto de objetivos, a que se chamou de Apostas Úteis. O primeiro patamar de redução de assimetrias sociais e territoriais, promovendo a inclusão ativa de caráter inovador e de economia social; um segundo de promoção da qualificação de recursos humanos; um terceiro relativo ao reforço de redes de parceria e outras formas de cooperação, diversificando assim a base das entidades económicas da região e um quarto patamar relativo à promoção de iniciativa empresarial para a qualificação e dinamização da oferta turística, para consolidar melhor a imagem do destino turístico do Douro; um quinto patamar de promoção da mobilidade e conectividade interna e externa da região; um sexto ligado ao património

cultural e natural que há na região; um sétimo relativo á ciência energética de autorização de energias renováveis; um oitavo patamar, com alguma história e tradição, que tem a ver com o modelo policêntrico do sistema territorial do Douro, aproveitando as experiências que já existem, nomeadamente, o Eixo Urbano Vila Real, Régua e Lamego, não menosprezando os outros territórios, de forma a garantir a coesão territorial. Um nono patamar, relativo à valorização da projecção do Douro, da marca Douro, numa região mais alargada, uma referência à escala nacional e internacional, o reforço da captação e qualificação empresarial, este um dos grandes défices – a capacitação e a qualificação, quer das empresas quer das instituições e finalmente, a potenciação do novo modelo institucional e de governação.

Com base nos onze objetivos, foram declinados quatro eixos de desenvolvimento, três dos quais são eixos de acção e um quarto eixo transversal.

O primeiro eixo é o da competitividade, conhecimento e inovação, tem a ver com o desenvolvimento do tecido empresarial do Douro e com setores alicerçados nos recursos endógenos, agro-indústria e o turismo com impacto na região. Está subdividido em dois vetores fundamentais, o desenvolvimento do setor agro-alimentar e a afirmação do turismo e da visitação e, um segundo vector relativo à sustentabilidade territorial, pois a região tem valores ambientais e paisagísticos impares, de grande relevo à escala mundial. Esta região é destino Património da Humanidade e, por tal, é necessário promover estratégias e mecanismos ligados com a integridade, protecção, salvaguarda e valorização do território.

Paralelamente, a sustentabilidade territorial deve possuir enfoques urbanos, de maior ou menor dimensão, promovendo a sua consolidação e a sua qualificação. Este eixo de sustentabilidade territorial encontra-se subdividido em três vetores: a protecção do ambiente e paisagem, valorização do património, onde está o plano de acção do Douro Património da Humanidade; o desenvolvimento e revitalização urbana e promoção de eficiência de recursos energéticos, associado ao eixo da inclusão e da coesão social, apesar da cada vez maior aceleração da globalização dos valores e, paradoxalmente, crescem os sinais do isolamento, da fragmentação, despovoamento e da exclusão ao nível social e territorial. No caso do Douro, algumas destas questões são ainda mais divergentes do resto do país. É com este eixo e com as medidas nele enquadradas, que se pretende atacar o desemprego, a exclusão social, o abandono e o insucesso escolar, encontrar medidas de promoção do envelhecimento ativo. Um quarto eixo, transversal, tem a ver com as redes territoriais e de governação, importante nesta região devido à fragilidade das instituições, que tem a ver com a gestão, governação territorial, articulação, concertação e partilha entre todos os atores do território. Todos estes eixos foram a seguir transformados em nove patamares - os patamares de desenvolvimento. Um primeiro patamar, relativo à qualificação e empregabilidade; um segundo relativo à conectividade territorial para as pessoas, para as comunidades e

para as empresas; um terceiro relativo à eficiência energética e às energias renováveis; um quarto relativo ao compromisso com o Douro, património mundial, sustentável, derivando esta plataforma de um outro processo que decorre, em paralelo e que virá a esta Assembleia, que tem a ver com o Plano Intermunicipal do Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro, de gestão do Património Mundial; um quinto patamar relativo à rede para uma região inclusiva e empreendedora, neste momento, em curso com a CIM Douro e as outras 26 entidades que fazem parte da rede de empreendedorismo do Douro, de promoção de empreendedorismo na região; um sexto relativo à plataforma Regional de Conhecimento e Inovação para a fileira Agro-alimentar; um sétimo para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística, fundamental para o desenvolvimento da região; um oitavo relativo à promoção e ao reconhecimento de práticas de mérito e um último patamar, este interno, para a modernização e qualificação administrativa, todos interligados. Cada um dos patamares tem um conjunto de ações pré-definidas, promoção de novas competências e de estratégias e têm uma relação com os objetivos e as realidades de Portugal 20-20, do acordo de parceria. Por exemplo, o patamar da conectividade territorial, nesta ação de reforço de aplicação das TIC, tem a ver com o objetivo temático de melhorar o acesso às tecnologias de informação e, para cada um dos patamares, foram atribuídos objetivos temáticos e prioridades que se enquadram, quer no acordo de parceria quer no programa operacional regional. Todo este processo tem um modelo de governação associado, assente num tripé de instrumentos, sendo um deles o Conselho Estratégico para o desenvolvimento intermunicipal, um órgão consultivo da Comunidade Intermunicipal do Douro, a instalar brevemente, tem representantes de instituições e organizações com relevância e intervenção no território. Neste momento, a lista tem 95 entidades. Um outro tripé é a Comissão de Governação e Acompanhamento da Estratégia que, com 95 entidades, não permite assegurar a condução da Estratégia, estando previsto que, dos 95, saia uma equipa mais reduzida, com um representante de 3 a 5 entidades, que têm como função assegurar a coordenação e os mecanismos de acompanhamento desta estratégia. E, finalmente, um patamar operativo, que tem a ver com o secretariado de apoio técnico da própria Comunidade Intermunicipal.

A acrescentou que a CIM, para além das competências no Conselho Estratégico e na Comissão de Governação, tem o papel dinamizador e facilitador dos órgãos previstos para a gestão e coordenação. Este é o modelo de governação da Estratégia, que é um instrumento de desenvolvimento para toda a região, implicando nas intervenções da CIM em todas as intervenções que se quiserem fazer no território. Todas as intervenções têm que estar inscritas na estratégia de desenvolvimento, que foi a base para construir a Intervenção Territorial Integrada (ITI) ou o facto que vai dar origem a um conjunto de investimentos territoriais integrados, sendo este o único processo que

está fechado, pois o processo da ITI não está fechado com a recolha, nos municípios nas entidades convidadas para as reuniões, dum conjunto de propostas que foram arrumadas naqueles patamares, naqueles eixos e naquelas acções.

A fase seguinte, depois da estratégia validada e concertada, será em função do que o programa operacional definir como sendo os objetivos e os eixos, onde se podem ter intervenções territoriais enquanto comunidade intermunicipal para construir uma intervenção territorial integrada. Paralelamente, as associações de desenvolvimento local, no caso concreto que serve aqui em Lamego, a Beira Douro, está a desenvolver o seu plano de acção, que tem que se enquadrar nesta estratégia territorial, e a Comunidade emitirá um parecer sobre a adequação da estratégia da Beira Douro, tal como outros processos de concertação territorial que estarão debaixo deste “chapéu”. Por causa disto, esta estratégia foi o mais alargada possível, não tendo propositadamente, objetivos muito concretos, para não limitar mais tarde outras potenciais candidaturas a acolhimento na estratégia.

O senhor **Presidente da Assembleia** disse que constitui uma honra para a Assembleia Municipal de Lamego, ser a primeira a receber esta informação, por parte do Conselho Executivo e do Secretariado Executivo da CIM Douro.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** informando que este documento foi aprovado na Comissão Executiva da CIM do Douro, por unanimidade dos 19 Presidentes de Câmara, numa reunião que decorreu em Penedono, reflectindo o consenso sobre um trabalho de estratégia, de princípios, de objetivos, que devem unir e nortear, em termos de ação, para os próximos anos. E, também, como foi referido, articulado por um conjunto de entidades de vários setores e áreas de atividade.

O senhor Presidente da Câmara pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia e membros da Assembleia, para se ausentar, para poder estar numa reunião na cidade do Porto.

Interveio o senhor **Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues** para dizer que esta Assembleia Municipal tem de agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento, nesta sessão, desta importante apresentação da estratégia integrada do desenvolvimento territorial da Região do Douro, 2014-2020., documento que permitirá que os municípios integrados na CIM Douro, beneficiem desta estratégia num curto espaço de tempo. Fazendo um resumo histórico, disse que em Assembleia Intermunicipal da CIM, foi colocado à apreciação e votação este documento, que, da parte técnica, não gerou grande contestação. Por parte de alguns membros de algumas assembleias municipais notou-se alguma insatisfação por não terem sido ouvidos na elaboração do documento, mas, quer o senhor Presidente da CIM Douro, quer o senhor Eng.^o Noronha, explicaram que a empresa consultora ouviu vários intervenientes em todos os municípios, em várias reuniões. Todavia estas explicações não foram suficientes e houve necessidade duma reunião extraordinária da CIM Douro

para fazer a aprovação deste documento. Os Municípios da Região do Douro Sul, no interesse superior desta Região, para que esta região não seja esquecida nem beliscada, reuniram-se, em Moimenta da Beira. Por Lamego estiveram presentes os senhor Presidente da Assembleia, o senhor Orlando Vítor Fernandes Nunes, a senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima e ele próprio, onde analisaram reflectiram, decidindo ser fundamental, na citada reunião da CIM do Douro se fizesse a proposta de constituição de grupos de trabalho, emanados da CIM de qualquer município, por áreas temáticas de maior interesse para todos os Municípios da CIM Douro, mas sobretudo, do Douro Sul. Efetivamente, assim fizeram, na referida reunião da Assembleia da CIM do Douro, onde o documento de estratégia foi aprovado e foi proposta a criação de alguns grupos temáticos para estudar estas questões e para fazer propostas de ações. E porque este documento não está fechado, foi um primeiro documento de estudo e estratégia, cabe agora a todos os executivos municipais de todos os municípios identificar as prioridades e as acções. Informou que aos grupos, as áreas temáticas propostas foram: a educação, empregabilidade e qualificação; património e cultura; ação social e saúde; eficiência energética e energias renováveis; agricultura e fileira agro-alimentar e turismo. Disse haver duas ou três áreas que fogem um pouco dos patamares aqui referidos, porque a região Douro Sul entendeu que seriam áreas prioritárias para a região. Disse que no dia 6 próximo se voltarão a reunir em Tarouca, para consolidar, de forma mais eficaz, as áreas temáticas e os grupos de trabalho. Esta reunião está aberta a todos os municípios da CIM do Douro, e aí se definirão os grupos temáticos, a metodologia de trabalho e, eventualmente, as ações a propor nas áreas temáticas. É nesse patamar que se está. Não se pode perder a oportunidade do programa operacional “Portugal 20-20”, que tem vários eixos temáticos onde se pode “ir buscar dinheiro” quer na competitividade inter-geracional, capital humano, inclusão social, sustentabilidade, assistência técnica, enfim, isto para as Comunidades Intermunicipais, revestindo-se de investimentos territoriais integrados (ITI) Há também a noção clara de que o que irá ser aprovado serão pequenas áreas, mas são áreas que criem valor para vários municípios, isto é, supra municipais. Qualquer acção proposta tem que ter consequências para mais que um município.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para realçar que o que mais o satisfaz, foi ver, nos municípios da região do Douro Sul, a unanimidade de todas as forças políticas que representam as diversas autarquias, na defesa do interesse da região. Isto é, em Dezembro, na CIM Douro, todos os responsáveis sentiram que havia uma região, uma só região que integra as três grandes regiões que integram a CIM Douro que estava a chamar a si todo o protagonismo e toda a capacidade de investir. Todos os Municípios do Douro Sul sentiram que isto estava a acontecer e, apesar da diversidade das forças políticas que representam, todos sentiram a necessidade de se unir para a defesa do Douro Sul, que não pode ser ultrapassada e discriminada.

Interveio a senhora **Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima** para, relativamente à apreciação deste documento de Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da região do Douro (2014-2020), como membro da Assembleia Intermunicipal do Douro, cumpre-lhe dizer de forma geral, este documento, pretende, de facto, descrever a região, nos vários domínios, enfim, da definição da natureza, a implementação de futuros investimentos necessários à região. Mas os pressupostos são sempre os mesmos de há anos. O investimento no Douro, numa forma organizada e metódica, para o aproveitamento de fundos comunitários e a salvaguarda de melhores condições para a população residente e subsequentemente para o País. Numa primeira análise, a discussão da estratégia integrada de desenvolvimento territorial do Douro, foi efetuada e pecou, desde o início, por um erro de forma – a ausência duma discussão ampla e participada, por parte da Assembleia Intermunicipal do Douro, das Assembleias Municipais, e outros organismos cívicos, que não só aquelas que estão plasmadas no documento. Afirmou ser defensora, em sede da Assembleia Intermunicipal, que a bem da transparência, estas linhas estratégicas, da transparência democrática e do envolvimento público, globalizado, no cerne dos centros de decisão foi e é crucial a promoção junto das Assembleias Municipais, de uma reflexão, intervenção de forma concertada com a Assembleia Intermunicipal, para que esta discussão seja conjunta, integrada e fiscalizada pelo órgão de excelência que é esta Assembleia Municipal e as restantes Assembleias Municipais, já que este plano estratégico vinculará, apenas, os Municípios. E, esta, independentemente, da discussão já efetuada em sede de CIM e, independentemente da CIM ter também outras estruturas paralelas de discussão, constituídas por outros protagonistas sociais, como é o caso, por exemplo, do Conselho Estratégico Intermunicipal. Portanto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, não tendo que lhe agradecer o agendamento Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da região do Douro (2014-2020), como disse o senhor Vítor Manuel da Costa Pereira Rodrigues, pois apenas cumpriu a sensibilidade premente da Assembleia Intermunicipal, como determina a Lei. O senhor Presidente da Assembleia Municipal limitou-se a cumprir a Lei, a bem da transparência democrática discutindo aqui estas questões. E partindo do princípio que este documento teve que ser entregue a fim de candidatura, continua a dizer que deve ser objeto de discussão política, partindo do pressuposto, que o plano estratégico será um ponto de partida e não um documento fechado em si, como o senhor Presidente da CIM defendeu. Se se trata duma proposta e dum plano de ação, advindo de um diagnóstico técnico, a sua operacionalização específica tem que surgir em prol do funcionamento democrático das instituições, de um debate sobre a realidade intermunicipal, emanada das várias sensibilidades políticas e das várias percepções municipais, partindo do princípio que o senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal acedeu em acolher as orientações e recomendações da Assembleia

Intermunicipal, relativamente a todas as matérias de decisão e de ação da CIM. Esclareceu, indo de encontro às palavras do senhor Vítor Manuel Costa Pereira Rodrigues em sede reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal, realizada no dia 12 de janeiro, em que foram apresentados grupos de reflexão e discussão, de natureza temática, de forma a permitir que o trabalho de discussão da Assembleia Intermunicipal, possa vir a ser profícuo. Mas continua a defender a natureza aberta destes grupos, que devem ser integrados, pelas várias Assembleias Municipais constituintes e, quiçá, por outros intervenientes, que possam contribuir para o seu enriquecimento. Decidiu-se que a Assembleia Intermunicipal deve constituir-se por grupos de ação prioritária, mas isto só aconteceu porque o senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal se comprometeu, em tomar em linha de conta os seus resultados, salvaguardando o envolvimento das pessoas e órgãos fiscalizadores da região na análise das várias realidades e isto de forma transversal.

Disse que acredita que as grandes assimetrias económicas e financeiras existentes são, porventura, a causa do seu empobrecimento, nomeadamente, no que diz respeito aos índices de desemprego, imigração, desertificação e abandono da vinha. Considera que este documento tem que se direccionar para a correção das assimetrias que se estão a verificar em todas as modalidades sociais, mas, no debate e discussão desta matéria, devem-se salvaguardar as mais-valias específicas de cada região. No que concerne ao Município de Lamego e à região do Douro, o património é um eixo prioritário e indo de encontro ao sexto patamar estratégico e ao ponto 2.1 do eixo estratégico, tendo em conta que Lamego é o Município com mais densidade patrimonial da região da CIM do Douro. Acredita que o património é condição de sobrevivência da atividade económica e turística que se encontra, neste momento, ao abandono e em condições de destruição. A defesa do património tem que ser implícita e explicitamente, parte integrante deste documento, numa lógica de inter-regional.

No que concerne a esta questão, de igual forma, há que partir da importância regional e nacional de cada município, quanto às suas infra-estruturas. A questão patrimonial vai de encontro ao turismo, sabendo-se que muito do futuro desta região e a sua valorização merecem uma incrementação do turismo cultural e depende da preponderância que o turismo fluvial tem com a navegabilidade do Rio Douro que muito custou aos cofres públicos, que poucas vantagens traz para a região do Douro.

Como diz o documento, o eixo prioritário é a competitividade, promoção, conhecimento, mas todos sabem que é difícil e há que refletir, pois é muito difícil consubstanciar a articulação empresarial com a qualificação e, nesta linha, considera primordial questionar e refletir sob a forma de se implementarem estes pacotes de medidas emanadas da Comissão Europeia. Portanto, temos, perante todos, imensos desafios de como cumprir os índices e os objetivos sociais elencados, como, e de que

forma, se aumenta a qualidade de vida das pessoas, como se diminui, na prática e de acordo com os planos de ação, os índices da pobreza e de precariedade social.

Afirmou que este documento, na sua generalidade, não se mostra muito adequado à realidade territorial, mas deve-se partir da responsabilidade política que as afirmações do senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal acarretam quando afirmou que este documento não pretende direccionar ou apontar iniciativas e atividades específicas, na sua operacionalização e, que estas considerações, tendo-se como globais, abrangentes e diversificadas, nas suas apetências e vocações inter-regionais, se encontram numa fase preliminar. Então, que o senhor Presidente da CIM tome em linha de conta possíveis resultados da constituição destes grupos temáticos e que o trabalho a vir a ser desenvolvido com esses grupos de trabalho, seja, efetivamente, consolidado e não uma mera questão de forma, decorativa ou de cosmética.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que concorda com tudo o que a senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima afirmou, dizendo-lhe que é seu dever trazer este documento de estratégia à Assembleia Municipal, o que fez na primeira oportunidade que teve, que era sessão de hoje. Os grupos de trabalho constituídos resultaram de uma proposta das Comissões da Região do Douro Sul, mas abertas a todas as outras regiões, isto é, ao Douro Norte e ao Douro Superior.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Penajóia** para partilhar uma reflexão relativa ao plano de ação, enquadrado na questão do Douro sustentado, que todos os durienses pretendem, embora não seja fácil implementar isso na região, dado o forte despovoamento e desemprego. Considera importante associar, em termos operacionais, os agentes económicos e de desenvolvimento nestas decisões. Relembrou que uma das “grandes guerras”, em termos vinícolas, foi liderada por António Champalimaud, que foi associar produtores e engarrafadores. Neste caso, quantas empresas não pretendiam associar os seus produtos e conseguir inseri-los facilmente no mercado. Esta “guerra” tem a ajuda de todas as associações e as organizações públicas, mas foi um conjunto de privados que conseguiu depois implementar esta situação. É óbvio que se deve ter como objetivo ajustar a procura à oferta de trabalho e chamar empresas que pretendam implementar-se no Douro, para conseguir que o isolamento seja cada vez mais atenuado.

Interveio o senhor **Constantino José da Costa Vaz** referindo-se à intervenção da senhora Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima, dizendo-lhe que, muitas vezes, as discussões não levam a nada, deve querer-se antes mais ação. É isso que os agentes económicos querem. Neste momento o documento é uma porta aberta, não está fechado, quer muito mais ação, porque o trabalho está feito, ele dá abertura para outras sugestões, além dos itens já apresentados.

De seguida perguntou ao senhor Eng.^o Noronha, na qualidade de Presidente da Assembleia-Geral do Centro de Empresas da Região de Lamego. Na altura, em que

começaram este processo, a referida associação estava a implantar-se, pelo que não houve disponibilidade nem capacidade para participar neste processo de estratégia. Assim, questionou, na parte das empresas e de desenvolvimento da cidade, quais as medidas concretas que estão previstas. Deduz que a estratégia está mais direccionada para os bens transaccionáveis, faltando-lhe perceber quais os apoios para os bens não transaccionáveis do pequeno comércio, que é gerador de emprego, de estabilidade económica e social, gostando de saber, nestes parâmetros, o que está previsto. Referindo-se ao Douro navegável, disse que é aquilo que todos sabem, traz milhares de turistas, chegam de barco, andam por aí, mas ninguém os vê, que proveito acrescentado há com esta atividade. Haverá estratégia para o comércio turístico que consome e não só para a venda de vinhos e turismo cultural?

Deixou uma sugestão, uma vez que só houve 20% de convidados para participação e discussão; seria bom que, pelo menos, uma vez por ano, voltar a convida-los, avaliar a evolução e fazer o balanço do que se vai fazendo no terreno.

Interveio o senhor **Eng.º Paulo Noronha, 1.º Secretário Executivo da CIM Douro** para referir duas coisas: Este documento é um documento de estratégia, não tem e nem pode ter acções, este documento serve de “chapéu” a todas as acções que alguém queira fazer neste território, pois a única forma de alguém ter a mínima possibilidade de obter um financiamento é que uma determinada acção esteja dentro desta estratégia; por isso é que a estratégia foi alargada o mais possível neste território do Douro Sul. Na área empresarial há um grande problema porque é muito complicado encontrar um interlocutor; tem-se na região de Bragança um núcleo empresarial, tem-se em Vila Real um núcleo empresarial e o lado do Douro Sul está desfalcado nesse domínio. Para obviar a isso o Conselho Estratégico Intermunicipal tem 95 entidades, entre as quais estão as Associações Comerciais de cada um dos Concelhos; já se receberam pedidos de entidades para integrar o Conselho; foram os casos da equipa Nacional de Luta Contra a Pobreza e da União das Misericórdias Informou que o Conselho vai reunir duas vezes por ano; será nessa altura que se farão as avaliações da evolução da estratégia. Dessa estratégia, o que a Comunidade Intermunicipal vai desenvolver, é uma parte muito pequena, que corresponde à Intervenção territorial Integrada (ITI). O resto será impulsionado e desenvolvido pelas associações empresariais ou pelas Universidades ou Escolas Profissionais; isso não é matéria da CIM, que tratará das matérias municipais. Todas as outras matérias vão ser tratadas caso a caso, sendo que a única coisa que se está a fazer, em conjunto com as três comunidades de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega, em conjunto com a universidade de Trás-os-Montes, o Instituto Politécnico de Bragança, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, bem como os núcleos empresariais de Bragança, Vila Real e a Associação Comercial do vale do Tâmega, que se juntaram, têm uma equipa de trabalho, para “ir buscar dinheiro”, fora destes programas, porque

a maioria do dinheiro, já que esta estratégia pretende chegar ao Programa Operacional Regional do Norte. Informou que, do total do dinheiro disponível do programa operacional do norte, 45% é para as empresas, mas o eixo que pior desempenho tem é o eixo das empresas. Mesmo assim, a maioria deste investimento é privado e deste 45% é para a competitividade das pequenas e médias empresas, 13% é para o sistema urbano e 14% para o desenvolvimento tecnológico. Relativamente às Intervenções Territoriais Integradas, é importante que esta discussão se faça fora dos Municípios, porque o que vai ser a ITI, dos 3,4 mil milhões de euros, as 8 ITI'S da região norte, vão ter setecentos e oitenta e oito milhões de euros, que é uma ínfima parte. O dinheiro que vai alocado aos municípios, vai estar dividido e só se pode utilizá-lo no apoio à Economia de Baixo Carbono, apoio ao Emprego e Mobilidade, Inclusão Social e Pobreza, a maior parte do dinheiro, 50% da verba está alocada ao Fundo Social Europeu, está associado a investimentos que não são, tradicionalmente, investimentos dos municípios, pelo que há que encontrar algum engenho para tentar perceber como se podem utilizar estas verbas que estão ligadas à qualificação e à promoção do emprego. As ITI's não vão ter nenhum investimento físico, uma causa perdida de Portugal com a Comissão Europeia, não haverá mais dinheiro para estradas, escolas; há uma grande fatia de dinheiro para a inclusão social, combate à pobreza e formação. É nestas duas áreas que cada um dos municípios e das entidades vão precisar das parcerias que estão no terreno, porque a inclusão social, pobreza, educação e formação, não têm sido “menu” dos municípios. Toda a discussão é importante, mas é preciso que se tenha bem assente que a maioria do dinheiro não está dentro da ITI; o que se fez, foi construir uma estratégia que fosse o mais alargada possível, porque não se sabe o que vai acontecer até ao ano de 2020. Se fosse mais restritiva, podia chegar um dia em que uma associação queria fazer um investimento que não ficou incluído nesta estratégia e ficaria logo excluído. Nada é possível candidatar se não estiver dentro desta estratégia global. A Comissão Europeia tomou as rédeas deste processo de negociação e foi muito dura na negociação, chegando ao ponto de impor aos programas operacionais regionais a redação do texto, não admitindo alterações ao que estiver estipulado. Os serviços da Comissão Europeia fizeram um documento preparatório, dizendo o que o que consideram que cada país devia candidatar – o “*Position Paper*”, que tem as prioridades negativas, que diz por exemplo que não há mais estradas para Portugal, não há mais escolas para Portugal, não há mais investimento físico para Portugal. Usou da palavra a senhora **Mónica Alexandre Sousa Ferreira Lima** para dizer ao senhor Constantino José da Costa Vaz, que houve aqui uma questão de ruído comunicacional, Explicou que não é uma questão de abertura ou de fechamento, mas um documento desta natureza, com um conjunto de verbas a aplicar na região, incute em cada um, uma grande responsabilidade a bem da democracia. Para que este

documento seja dignificado deve ser amplamente discutido, por vários organismos políticos, e por outras instâncias sociais. Há um mecanismo que prevê, que cada assembleia municipal, possa chamar o secretariado da CIM Douro, duas vezes, no mínimo, por ano, para fazer um balanço da sua atividade.

Deliberação: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que, de acordo com o repto lançado na última sessão da Assembleia Municipal, no sentido de dinamizar uma sessão extraordinária no Multiusos, para discutir a questão do Pavilhão, disse que tentou que isso acontecesse, mas face à impossibilidade de alguns intervenientes no processo de estarem presentes, não se realizou.

Agradeceu, em seu nome pessoal e pensa de toda a Assembleia, o empenho e a dedicação que a senhora Dra. Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira colocou no exercício de funções de vereadora da Câmara Municipal de Lamego, ao serviço da população lamecense e do seu Concelho.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que, para o período de intervenção do público, havia duas inscrições. Uma do senhor Dimas da Piedade Francisco, a quem disse que este não é o órgão a quem se deve dirigir, desafiando-o a apresentar a sua questão, que se prende “com materiais que foram retirados das obras da Avenida e depois foram para Várzea de Abrunhais e daqui para outros locais” como afirma. Disse ao senhor Dimas da Piedade Francisco que deve apresentar a sua questão numa reunião pública da Câmara Municipal, porque só aquele órgão tem que responder por esse tipo de questões. Sendo assim, não lhe concederá a palavra. Informou-o ainda que reencaminhará a sua questão ao senhor Presidente da Câmara. No que concerne ao senhor Presidente da Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego (APITIL), dado que é um assunto que foi discutido nesta sessão, deu a palavra ao senhor Amândio do Carmo da Fonseca.

O senhor **Amândio do Carmo da Fonseca**, na qualidade de Presidente da APITIL, pretende ser esclarecido sobre os motivos que levaram esta Assembleia à retirada da minuta do protocolo a celebrar com aquela instituição, uma vez que estava comprometido, desde janeiro, com o banco que vai emprestar o dinheiro. Disse que já anda a ser entretido com este assunto, vai para um ano. Reforçou que este impasse tem que acabar da melhor forma para bem da Câmara Municipal de Lamego e sobretudo duma instituição que presta diversos serviços aos seus utentes, quer nas suas instalações quer no domicílio. Afirmou que o que estão a fazer a Associação pela Infância e Terceira Idade de Lamego é inadmissível, para não dizer uma vergonha. Não compreende a quantidade de documentos pedidos á APITIL, entretanto fornecidos ao senhor Presidente da Assembleia, pois a mesma exigência não se aplica a outras instituições que recebem subsídios da Câmara, havendo dualidade de

critérios, como é exemplo a falida e extinta Junta de Freguesia de Almacave. É dever da Assembleia fiscalizar todas as situações. Não entende como uma deliberação aprovada em sede de executivo, chega à Assembleia e por duas vezes é retirada. Disse que o arrastar desta situação está na iminência de mandar para o desemprego vários funcionários da APITIL, bem como reduzir alguns serviços que presta aos seus utentes. Desafiou os membros da Assembleia a visitarem as instalações da APTIL, verificarem os excelentes e diversificados serviços que presta aos seus utentes.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia**, afirmando que percebeu a questão colocada pelo senhor Amândio do Carmo da Fonseca e o que poderá fazer é remeter-lhe a recomendação que foi entregue na Mesa pelo grupo municipal da Coligação “Todos Juntos Por Lamego, lida no início da discussão deste assunto, que mereceu, da parte do senhor Presidente da Câmara, a sua retirada da ordem de trabalhos, para que o executivo possa reanalisar este assunto. Nada mais tem a dizer, pois na gestão e orientação da Assembleia, recebeu uma recomendação que, depois de lida, mereceu a decisão atrás referida. Referiu a cronologia dos documentos recebidos da direção da APITIL, que, de imediato, foram distribuídos a todos os membros da Assembleia Municipal. A Mesa seguiu as orientações que deviam ser seguidas, na direcção da Assembleia Municipal.

08-ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberação:

09-ASSUNTO: TERMO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às treze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta minuta, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico: